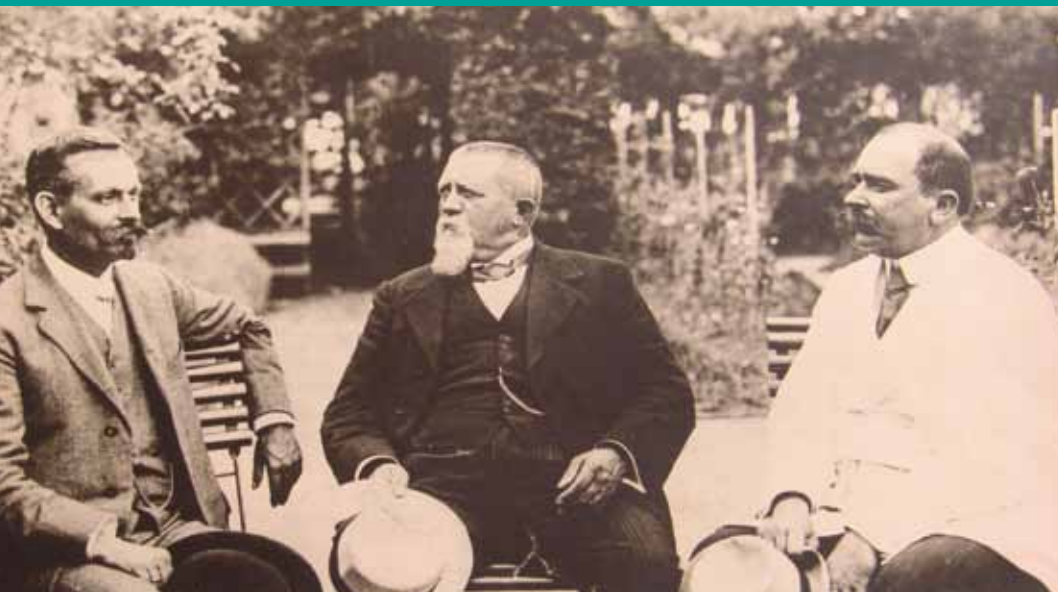


Coleção NOSSA HISTÓRIA

RIBEIRÃO PRETO RIBEIRÃO PRETO

O coronel e seu quintal: Joaquim da Cunha Diniz e Ribeirão Preto durante a primeira República

Alexandre Ferreira Mattioli



Fazendo jus ao que consta em seu hino, Ribeirão Preto sangra amor e tradição. A terra do café, orgulho de São Paulo e do Brasil possui fatos curiosos e pitorescos, que encantam e que muitas vezes ficam renegados as poucas conversas caseiras ou arquivados em monografias e teses nas inacessíveis estantes das universidades.

A inédita união da Câmara Municipal, Instituto do Livro e Secretaria da Cultura possibilita uma nova viagem ao passado. Juntos, vamos percorrer as vastas plantações e descobrir aspectos importantes da prosperidade cafeeira. As grandes mulheres daquela época também mereceram destaque. O legado afro-brasileiro, tantas vezes esquecido, omitido ou contestado ganha seu merecido espaço. Nosso passeio pela história local é ambientado pela agradável trilha sonora e acordes magistrais da gloriosa orquestra sinfônica.

A coleção Nossa História traz um convite para o apoderamento de nossa rica história. Trata-se de uma grande contribuição para a geração atual e para as vindouras. Nesta amada terra onde temos tudo, procuramos dar um pouco mais. Que esse legado cultural seja multiplicado, partilhado e desfrutado por todos.

André Luiz da Silva
Vereador

As áreas da Cultura e do Meio Ambiente são as menos privilegiadas em termos de verbas orçamentárias. Parecem constar dos organogramas apenas como penduricalhos a enfeitar as diferentes administrações.

Em outro estágio de desenvolvimento, só pode ser no futuro, talvez venham a merecer atenções maiores das que lhes são dadas.

Embora não resolvam, nem sequer aliviam, resolvemos destinar Emendas Parlamentares, para a edição de livros sobre a nossa cidade, além de ajudarmos a manter algumas iniciativas culturais importantes.

Que a prática se dissemine e alcance outros parlamentares e agentes públicos.

Os problemas ambientais, normalmente se originam de práticas culturais equivocadas. Dar à cultura a importância devida provocará, por certo, uma sociedade mais consciente e, por consequência, mais humanizada. É a nossa fé. E a nossa esperança.

Gilberto Abreu
Vereador



Apoio

Realização



Secretaria da
CULTURA



Prefeita Municipal
Dárcy Vera

Secretária da Cultura
Adriana Silva

Presidente da Fundação Instituto do Livro
Edwaldo Arantes

Diretora de Patrimônio Cultural
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Conselho Editorial
Adriana Silva
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
Michelle Cartolano de Castro Silva
Tânia Cristina Registro

I195b - O coronel e seu quintal: Joaquim da Cunha Diniz e Ribeirão Preto durante a primeira República . (pesquisa e texto) Alexandre Ferreira Mattioli – Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.
112 pg.; (Coleção Nossa História, n.8)

1. Ribeirão Preto – 2. História - 3. Coronelismo

CDD: 981.612 rpb

A Coleção Nossa História é uma publicação da Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto, por meio do Instituto do Livro, com o apoio dos vereadores Gilberto Abreu e André Luiz da Silva.

As obras foram selecionadas por uma Curadoria.

Capa - Cel. Arthur Diederichsen (à esquerda), Cel. Francisco Schmidt (no centro) e Dr. Francisco de Freitas Ramos. No ano de 1890 Arthur e Schmidt adquiriram a Fazenda Monte Alegre de João Franco Moraes Octávio. Em 1942, o Governo do Estado de São Paulo instalou na Monte Alegre a Escola de Agricultura “Getúlio Vargas” e em 1952 a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Data: início da década de 1920. Fotógrafo: Não Identificado (APHRP, F295).

Sobre o autor

Alexandre Ferreira Mattioli é mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia, professor especialista e graduado em História, desenvolve pesquisas na área de: História política e imaginário, da biografia, da imigração italiana, modernidade e história contemporânea. Lecionou em cursos de ensino médio e pré-vestibulares. Atualmente é orientador pedagógico no Núcleo de apoio à Municipalização de Ensino.

Sumário

Introdução

Capítulo I

O coronel e seu quintal

Capítulo II

Chega à República: Novas disputas pelo poder

2.1 - A Primeira Guerra Mundial e a derrota do coronel alemão.

2.2 - A revolta tenentista e o perdão do coronel Junqueira

2.3 - A crise da economia cafeeira

Capítulo III

A teia de poder do coronel

Considerações finais

Referências Bibliográficas

Introdução

Nas últimas décadas do século XX a historiografia brasileira vem se debruçando sobre o estudo da atividade política paulista durante a Primeira República. Uma parte dessas pesquisas envolve o estudo do funcionamento das instituições políticas, a gestão de políticos nos diversos níveis de poder e algumas biografias dos ocupantes de cargos públicos.

O estado de São Paulo teve uma grande importância no desenrolar da política nacional durante a República Velha. Dele saíram alguns dos principais protagonistas políticos da época, a exemplo Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos e Washington Luís.

Analisaremos um dos mais importantes chefes políticos da época, em âmbito regional, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, conhecido como Quinzinho da Cunha Junqueira, um dos donos do poder político em Ribeirão Preto, município que teve um desenvolvimento muito grande durante a Primeira República, sendo conhecido como a capital do café, ou a Petit Paris, devido a sua importância no fornecimento de café no mercado mundial e seu desenvolvimento urbano, que atraiu não somente imigrantes para lavoura, mas muitos que buscavam uma nova vida.

Por se tratar de um período em que transformações socioeconômicas, como a modernização e a urbanização, engendradas pela empresa cafeeira, mudam a passos largos o perfil tanto do interior do estado quanto da capital paulista, não podemos perder de vista um fenômeno típico da modernidade: a ambivalência.

Ela nos impede de estabelecer uma classificação exata do tipo de cultura política que se desenvolveu nas terras do café. Para

1 - RIBEIRÃO PRETO. Diário da Manhã. Ribeirão Preto, Ano XII, jan./mar. 1909. Arquivo Público e Histórico.

Zygmunt Bauman,

[...] a situação torna-se ambivalente quando os instrumentos lingüísticos de estruturação se mostram inadequados; ou a situação não pertence a qualquer das classes lingüisticamente discriminadas ou recai em várias classes ao mesmo tempo (BAUMAN, 1999, p. 10).

Desse modo, este trabalho procura ater-se à análise das ações políticas do coronel Quinzinho da Cunha, não tendo a intenção de formular uma estrutura ordeira, uma classificação ou a um conceito definitivo da cultura política paulista, porque na modernidade tudo está em movimento e todas as definições se tornam “frágeis porque se reporta àquilo que, fugidamente, escapa a toda penhora conceitual” (BALANDIER, 1997, p.21). Um intento como esse nos obrigaria a um maior esforço classificatório, gerando dessa forma mais ambivalências, pois:

Embora nascida do impulso de nomear/classificar, a ambivalência só pode ser combatida com uma nomeação ainda mais exata e classes definidas de modo mais preciso ainda: isto é, com operações tais que farão demandas ainda mais exigentes [...] e assim darão ainda mais lugar a ambiguidades (BAUMAN, 1999, p. 11).

Aliado a isso, temos a discussão da pluralidade das culturas políticas dentro de um mesmo país. Serge Berstein afirma que:

É evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores compartilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante (BERSTEIN, 1998. p. 349.)

Nosso interesse está nas habilidades políticas e no poder de articulação desse chefe político nos vários níveis de poder.

No primeiro capítulo realizamos uma análise do momento da fundação de Ribeirão Preto, as transformações que contribuíram para que em pouco tempo um tímido arraial do interior do estado de São Paulo se transformasse em uma das cidades mais importantes para a economia cafeeira da época, um símbolo de modernidade e atividade política.

Procuramos entender as raízes do tradicional poder da família Junqueira e como essa tradição seria responsável pela manutenção do poder de um grupo político dentro do município.

Os aspectos da modernização de Ribeirão Preto, simbolizados pelos avanços tecnológicos e pelas ruas repletas de imigrantes de diferentes nacionalidades, assim como as inovações adotadas rapidamente por essa elite interiorana são vistas como uma marca da ambivalência moderna.

Buscamos compreender como esse momento único influenciou Quinzinho na sua formação e como moldou sua personalidade.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre a vida política do coronel Junqueira, como a chegada da República ira forçar um novo modo de se fazer política, repleto de disputas de diferentes grupos, que buscavam seu espaço dentro do município e do estado.

Nesse capítulo analisamos os principais episódios da história política de Ribeirão Preto no decorrer da Primeira República, buscamos demonstrar como Quinzinho conquista seu papel de chefe do diretório local do PRP, quais foram suas reações frente aos desafios impostos para garantir seu mandonismo, durante esse período turbulento, que passa por duas revoluções, alguns conflitos armados, uma guerra mundial e diferentes duelos políticos, quase nunca pacíficos.

O terceiro capítulo busca realizar uma análise das estratégias utilizadas por Quinzinho para tecer sua teia de poder, através das cartas de seu acervo particular investigamos como seu poder era exercido nos diferentes espaços do governo, seja arbitrando pequenas disputas locais ou até mesmo realizando interferências

na administração federal.

Sabemos que em um único trabalho é praticamente impossível compreender um objeto tão abrangente, mas acreditamos que as páginas que aqui se encontram possam motivar um novo olhar sobre as relações e culturas políticas desenvolvidas durante o período trabalhado.

Capítulo I

O coronel e seu quintal

Nasce Joaquim da Cunha Diniz Junqueira , em 14 de maio de 1860, foi batizado em 22 de agosto do mesmo ano na igreja matriz de São Simão filho de Ana Osório Diniz Junqueira e Emericiano Alves da Cunha. Sua avó materna, Anna Claudina Diniz Junqueira, e Augustinho Ferreira Brito foram seus padrinhos, sendo filho caçula recebeu ainda na infância o apelido de Quinzinho, esse apelido ele carregaria por toda a vida, seria uma demonstração de sua suposta simplicidade.



Colonel JOAQUIM DINIZ JUNQUEIRA
Chef actuel
de la grande famille Junqueira et un de ceux qui ont beaucoup
collaboré à l'expansion moderne de Ilhéus-Preto.

Imagem 1 – Cel. Joaquim da Cunha.

Fonte: Brazil Magazine. Revista Ilustrada d'Arte e Atualidades. Publicação de Propaganda Brasileira no Estrangeiro. Rio de Janeiro, Anno V, Número 57,

Teve quatro irmãos e uma irmã, sendo quatro deles irmãos por parte de mãe e também primos por parte de pai. Sua mãe contraiu primeiras núpcias com Francisco Maximiano da Cunha, após o falecimento deste, em 20 de maio de 1850 casou-se com seu irmão Emerenciano Alves da Cunha, pai de Quinzinho e do seu irmão José Augusto Alves Junqueira (MATTOS, 2004).

Ele seria um dos homens mais poderosos da região de Ribeirão Preto, um dos coronéis mais importantes, que faria valer seus interesses do quintal de sua fazenda até o palácio do Catete durante toda a Primeira República. Faz parte do imaginário político que se desenvolveu entorno do período do coronelismo, sendo um dos coronéis mais reconhecidos da região e protagonista de vários episódios, que são repetidos até hoje, quando se evoca o passado de “glória”, quando Ribeirão Preto era conhecido como a “Petit Paris”, é descrito por Rubem Cione, um memorialista da cidade como,

Liderança não é uma coisa que pode ser imposta. É solicitada pelos que reconhecem capacidade para dirigir naqueles que elegem para chefe. Temos nos primórdios de Ribeirão Preto, um exemplo marcante disso na figura lendária do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o maior chefe político que teve a Mogiana e que influenciou bastante em todo o Estado de São Paulo (CIONE, 1990, v. 3, p. 163).

Devemos nos demorar alguns momentos sobre sua família, já que pretendemos discutir o poder da tradição e do prestígio que sua família carrega e como esse poder serve de suporte para sua teia de influências, é de sua família que parte do seu poder emana, é através dela que parte desse poder era exercido.

A família Junqueira é uma das mais tradicionais da região de Ribeirão Preto, suas raízes podem ser buscadas em Portugal do século XVIII, segundo Rubens Cione:

As duas famílias de maior árvore genealógicas do país, eis que também afins, são os Arantes, aqui chegados em 1863, de

Braga (Portugal) através de dois irmãos Antonio Carlos e João Carlos que se estabeleceram em Minas e São Paulo e em livro de Arnaldo Arantes (que não terminou, pois está em 1896 já eram mais de 15.000 descendentes, mesclados a outras famílias) e os Junqueira que como os Arantes também vieram de Portugal há mais de 200 anos. Já em Carta Régia Imperial, o Conde de Palma, em janeiro de 1810 doava ao cap. Luiz Antonio Diniz Junqueira, uma gleba de terra (sesmaria) com 6 léguas de testadas por 30 léguas de fundo ou em língua moderna 39 kms. de frente por 198 kms. de fundo; um Estado dentro do estado ou 320.000 alqueires [...]. (CIONE, 1990, v. 5, p. 132).

Notamos a ancestralidade da família na posse de grandes pedaços de terra, boa parte do clã Junqueira continuou como fazendeiro nos arredores de Minas Gerais das proximidades do distrito de Encruzilhada (hoje município de Cruzília), no entanto alguns se deslocaram em direção a São Paulo sendo os patriarcas dessa ocupação: tenente Francisco Antonio Junqueira e seu irmão capitão João Francisco Junqueira, que se fixaram na região correspondente a Orlândia, Francisco Antonio de Diniz Junqueira, residente em Franca e Antonio de Souza Diniz, que estendia suas terras de São Simão até Sertãozinho (BROTERO, 1957, p. 33). Seriam esses os entrantes mineiros que vem em direção do Nordeste de São Paulo.

Caio Prado Júnior sintetiza esse movimento migratório ao afirmar que:

[...] A necessidade de abastecer a população, concentrada nas minas e na nova capital, estimulará as atividades econômicas num largo raio geográfico que atingirá não somente as capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro propriamente, mas também São Paulo. A agricultura e mais em particular a pecuária desenvolver serão grandemente nestas regiões. É de notar que o território das minas propriamente (sobretudo das mais importantes localizadas no centro de Minas Gerais) é impróprio para as atividades rurais.

O solo é pobre e o relevo excessivamente acidentado. Nestas condições, os mineradores terão de se abastecer de gêneros de consumo vindos de fora. Servir-lhes-á, sobretudo o sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial – como se dera com as regiões açucareiras do litoral –, alcançará um nível de relativa prosperidade (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 65).

O descendente desses primeiros entrantes que irão iniciar o ramo dos Junqueira que nos cabe é Luis Antonio de Souza Diniz e sua esposa Ana Claudina Junqueira, avós maternos do coronel, adquiriram terras em São Simão, formando as margens do rio Do Onça a fazenda Lageado, que possuía 78.000 alqueires de terra na região que hoje pertencem aos municípios de São Simão, Cravinhos, Ribeirão Pretos e Sertãozinho (GODOY, 2000, p. 43).

Osmani Emboaba Costa afirma ser 19 de junho de 1856 a data oficial da fundação de Ribeirão Preto, baseado principalmente em documento que indica o despacho favorável à demarcação de terras para a constituição da capela de São Sebastião do Ribeirão Preto (COSTA, J. E, 1956).

No princípio do século XIX, qualquer município antes de ser instituído juridicamente, tinha que passar pelos marcos de fundação eclesiástico. Para tanto, era necessária uma doação de propriedade à igreja e construção de uma capela onde pudessem ser pronunciados os cultos. De 1845 a 1856 a população que habitava a região de Ribeirão Preto procurou angariar patrimônio que fosse suficiente à doação necessária para a constituição de paróquia, visto que a mais próxima ficava em São Simão, que havia se tornado curado desde 1835. O longo processo de constituição da capela em Ribeirão Preto deve-se à exigência, da Câmara Episcopal da Província, de doação de um patrimônio com valor de 120 mil réis, para que se obtivessem, pelo menos, cinco mil réis de rendimento anual.

É consenso entre os historiadores que depois da doação das

primeiras terras, que faziam parte da fazenda Palmeiras, de posse de José Mateus dos Reis, aonde foi realizada a primeira missa sob a cruz erguida em 02 de novembro de 1845, não foi possível formar o patrimônio mínimo necessário que só seria atingido depois de novas doações, feitas nas fazendas Palmeiras, Esgoto, Retiro e Barra do Retiro, assim só em 1856 se formaria o patrimônio necessário e se realizaria a criação do patrimônio de São Sebastião de Ribeirão Preto.

No entanto em um momento anterior as terras que um dia se tornariam a cidade de Ribeirão Preto compunham parte da Sesmaria da Onça que era de posse do capitão José Pedro Diniz Junqueira, o que comprova a ancestralidade e poder dos Junqueira na região, segundo Cione:

Ter-se-ia o município formado de terras de sesmaria, concedida por carta de 16 de fevereiro de 1815, de autoria do Conde de Palma, então Governador e Capitão Geral da Capitania de São Vicente, ao Padre Manuel Pompeu de Arruda [...] em 1820 as terras foram vendidas ao capitão José Pedro Diniz Junqueira que procedeu á demarcação e divisão das terras[...] As terras do capitão Junqueira foram divididas em varias posses, entre elas: Barra do Retiro (onde hoje se localiza o centro da cidade), Figueira (região leste do município), Ribeirão Preto (Sul, até a cabeceira do Ribeirão) e Palmeiras (Norte até o Rio Pardo). Estas terras ainda faziam parte do Termo de São Simão (CIONE, 1990, p. 57).

Os Junqueira antes de 1870 estavam ligados a produção de uma lavoura de subsistência e a pecuária, apesar de ser uma atividade prospera, o inventario de Luiz Antonio de Souza Junqueira demonstra a posse de um rebanho de 1.539 cabeças de bovinos, logo ela seria suplantada por outra muito mais lucrativa, que iria mudar os rumos da família Junqueira, daria um papel de destaque para o município de Ribeirão Preto e orientaria a economia do Brasil durante as próximas décadas, estamos falando da lavoura de café (LOPES, 2007, p. 15).

O tenente Luiz Herculano de Souza Junqueira e seu irmão, o

capitão Gabriel Diniz de Souza Junqueira, que principiaram a cultura do café em Ribeirão Preto, logo o restante da família seguiram com a formação dos cafezais. Em época da visita de Martinho Prado Júnior², eles já possuíam cafezais produzindo e segundo sua opinião era:

[...] o mais lindo possível, plantado de semente, e com cinco anos de idade. Apresenta hastes da grossura de cafezais de sete anos em Campinas e outros locais. Os do Sr. Manoel Octaviano Junqueira, são também lindos e iguais, sobresaindo entre eles pelo desenvolvimento extraordinário o do Sr. José Bento Junqueira, tendo apenas um ano e cinco meses. Consta-me que são igualmente lindos os cafezais dos Srs. Dr. Rodrigo³ e Manoel Cunha (COSTA, J. E., 1956, p. 115).

O Sr. Dr. Rodrigo é o irmão do Dr. Luiz Pereira Barreto que em 1876, na fazenda Cravinhos, foi quem introduziu na região o café Bourbon, que nasceu da experiência de fecundação por hibridação do café Libéria (vindo da África) e do café comum nacional. Em pouco tempo, a maioria das fazendas da região produziam o café Bourbon. Com o sucesso dessa combinação entre Terra Roxa e Café Bourbon, aliado ao declínio das plantações de café no Vale do Paraíba e à chegada da Ferrovia Mogiana em 1883, Ribeirão Preto torna-se o “Eldorado do Café” (Brazil Magazine, 1911).

Para compreender esse surgimento da cultura de café em Ribeirão Preto devemos pensar que o capitalismo imperialista inglês operando globalmente é que permitira a estruturação do capitalismo no Brasil. Sendo principal parceiro do financiamento da produção cafeeira escravista, uma maneira de se reproduzir

2 - Martinho Prado Junior será um dos grandes empreendedores do café em Ribeirão Preto.

3 - Sr. Dr. Rodrigo é o irmão de Luiz Pereira Barreto, sobre esse falaremos mais tarde.

internamente, por meio da elite, já que financiava sua estrutura, desde 1825 (SILVA, 1976). Tendo como principal foco a região do sul do Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba. No entanto este modelo escravista vai se esgotar, uma vez que a escravidão é principal barreira para avanço do capitalismo na visão inglesa da época, e então para o beneficiamento inglês, é que veremos a repressão inglesa ao tráfico em dois momentos, em 1830 e em 1850, que causará o fim do tráfico negroiro.

Isso foi de suma importância para a desarticulação do capitalismo escravista, dando ensejo a uma nova organização da produção cafeeira paulista, primeiramente no “Oeste Paulista” (Campinas principalmente. Rio Claro era o limite desta área, pois mais oeste a geografia determinava custos de transportes exorbitantes), e posteriormente na região do “Novo Oeste Paulista” que tem sua representação máxima em Ribeirão Preto (MILLIET, 1982).

Para compreender as mudanças que ocorriam no mundo nessa época devemos nos lembrar das palavras do historiador Eric Hobsbawm (1996), quando o mesmo afirma que as trocas comerciais entre as nações desenvolvidas (e / ou industrializadas), durante a década de 1840, chegava a uma quantidade de cerca de vinte milhões de toneladas de mercadorias transportadas, número este que quadruplicou em trinta anos, posto que aumentasse para (aproximadamente) oitenta e oito milhões de toneladas lá pelos idos de 1870.

O açúcar perdera a posição de carro-chefe da produção e da comercialização para o café, que já ganhava visibilidade na década de 1840.

TABELA 1

PORCENTAGENS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO - 1821-1830	
Açúcar.....	30,10%
Algodão.....	20,60%
Café.....	10,40%
Couros e Peles.....	13,60%
1841-1850	
Café.....	41,50%
Açúcar.....	26,70%
Algodão.....	7,50%
Couros e Peles.....	3,50%

FONTE: SODRÉ, N. W. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p.78; apud DOIN, J. E. M. A formação do Estado-Nação, a gênese da modernização conservadora e da dívida pública: questões preliminares, Boletim do CELA - (Centro de Estudos Latino-Americanos), Ano III, n. 3., 1993, p. 51.

Aqui no Brasil os produtos vindos da Europa faziam grande sucesso, artigos desde luxo até ordinários podiam ser importados, literalmente de uma agulha ordinária até um vestido mais caro, passando por todo o rol de produtos estava à disposição dos brasileiros que tivessem como pagar, importava-se inclusive hábitos e costumes como o uso do monóculo, do guarda-chuva e da bengala. Que fique evidente que esse surto de consumo era privilegio dos segmentos mais abastados da população e alguns poucos da classe média urbana, para a maioria da população pouco ou nada mudava nos modos de vida, especialmente para os escravos (CASALECCHI, 1989).

Não nos esqueçamos de que durante a Monarquia, “passa a haver a presença de novos componentes na sociedade” (CASALECCHI, 1989, p.28). Em especial, o autor José Casalecchi destaca os grandes proprietários, fazendeiros de café do Oeste de São Paulo, responsáveis por mudanças que se revelaram contrárias aos interesses dos grupos tradicionais encastelados na Monarquia, como os próprios cafeicultores do Vale do Paraíba.

Desde 1850, quando a lei Euzébio de Queiroz, que proíbe o tráfico de escravos, é instituída os fazendeiros de café pensam em substituir a mão-de-obra escravizada por uma livre. A solução encontrada foi a imigração de europeus para trabalhar a lavoura em um sistema de parcerias ou de colonatos que contou com o apoio do governo. Segundo Emilia Viotti, “não teríamos imigração sem subvenção, pois nada se podia esperar da imigração espontânea”. Essa medida do governo imperial vai de encontro aos projetos abolicionistas que estavam em sua agenda, no entanto ao colaborar com a abolição o governo estaria minando o poder de antigos setores que eram a favor da monarquia, uma vez que os fazendeiros de outras localidades não adotaram esse modelo como uma substituição da sua mão-de-obra de maneira tão rápida como os fazendeiros paulistas que se aproveitaram de seus benefícios para fortalecer seu poder (COSTA, E., V.,1999.)

A substituição do braço escravo pelo livre vai gerar uma imensa serie de mudanças, entre elas vai permitir que parte do capital que era usado para compra e manutenção dos escravos passe a ser investidos em outros setores da economia trazendo desenvolvimento econômico. Isso levará ao aumento das populações urbanas, vai trazer uma serie de costumes europeus que irão servir como incentivar os processos de industrialização e comercio (CASALECCHI, 1989).

Ribeirão Preto contou com a grande oferta de mão-de-obra imigrante para suas fazendas e não era difícil encontrar anúncios de jornal oferecendo o serviço de traslado de trabalhadores para as fazendas.

COLONOS – Os srs. Fazendeiros que precisarem de colonos para suas fazendas poderão obter qualquer número de famílias que quiserem, vindas directamente da Europa, em condições muito vantajosas.

Informações em Jardinópolis com o Sr. João Fernandes da Silva ou cartas esta redacção a COLONOS. (A CIDADE, 1906).

A onda de imigração esteve fortemente baseada na ânsia dos fazendeiros terem maiores privilégios e seguranças, sendo elas; o custeio do império, tanto da viagem dos imigrantes que seriam trazidos do seu país de origem, quanto ao do transporte destes imigrantes à fazenda do cafeicultor, essa operação poderia se repetir quantas vezes fosse necessário pelos fazendeiros; além de fomentarem novos contratos de longas vigências, para trazer estabilidade aos fazendeiros, assim acarretando uma diminuição no custeio da produção, e gerando um significativo aumento da produção com entrada do trabalho livre, percebe-se como trabalho do imigrante não só renderá mais, terá menor custo do que o escravo, e sua produção terão maior valor de mercado.

Compra o trabalho de uma família de imigrantes que tratava 17 000 cafeeiros e que havia custado, em termos de passagens, instalações, gastos iniciais, etc., cerca de 663 mil réis ao fazendeiro, quantia esta saldada pelos colonos nos anos seguintes de sua chegada; para mesma tarefa executada pelos imigrantes seriam necessários 5 escravos; que custariam onze contos e quinhentos mil-réis; computados apenas os juros equivalentes à inversão de um só desses escravos, encontra-se a soma de 276 mil-réis, importância bastante superior aos custos fixos mais os custos variáveis representados pelo pagamento a um imigrante (CANO, 1983, p. 39).

No que se refere à busca por novas terras, há que se considerar as barreiras naturais que impediam a expansão da produção no Vale do Paraíba, o que proporcionou ao “oeste paulista” uma vantagem natural, todavia trazendo considerável aumento no preço da terra e do transporte até Santos. Mesmo assim, devido a alta produtividade, a cafeicultura proporcionava o retorno almejado.



Fazenda BOA-VISTA

Machimas, terreiros e transporte do café.

L'usine à café, les terrasses-séchoirs et les camionnes servant au transport.

Imagem 2 – Fazenda Boa Vista e suas maquinas

Fonte: Brazil Magazine. Revista Ilustrada d'Arte e Atualidades. Publicação de Propaganda Brasileiro Estrangeiro. Rio de Janeiro, Anno V, Número 57, 1911, p. 75.

Dois avanços tecnológicos foram fundamentais para a expansão do café e da política imigrantista - ambos de tecnologia europeia atendiam aos interesses dos fazendeiros locais. O primeiro foi o desenvolvimento do navio cargueiro transatlântico movido a vapor, importante elo entre São Paulo e a economia mundial, uma vez que tornava possível a exportação do café produzido em toda a província; enquanto transportavam o produto a ser exportado o navio a vapor atendia a outro interesse dos fazendeiros paulistas: traziam trabalhadores da Europa Meridional para os cafezais. Como complemento à navegação, outro desenvolvimento tecnológico de fundamental importância para o desenvol-

vimento da cultura cafeeira, foi a estrada de ferro. Os trilhos alcançavam os lugares em que a navegação a vapor não atingia: as fazendas do oeste paulista. Este meio de transporte foi de fundamental importância para o povoamento e desenvolvimento econômico do oeste paulista.

Com o avanço da fronteira agrícola em direção à Alta Mogiana, dois entraves se colocavam à ampla exploração agro-exportadora: a falta de um sistema de escoamento de produção eficiente e os altos custos da mão-de-obra. O primeiro deixa de existir com a construção da malha de escoamento gestada a partir das companhias de estradas de ferro Paulista e Mogiana. O segundo será superado com a vinda de imigrantes europeus para as terras cafeeiras paulistas (GODOY, 2000, p. 70).

Nesse contexto que teremos formação de Ribeirão Preto, inicialmente um pequeno povoamento que deu origem ao Arraial de São Sebastião do Ribeirão Preto, pertencente à freguesia de São Simão. Em 1870 o arraial foi elevado à categoria de freguesia e no ano seguinte foi desmembrado da vila de São Simão. A nova vila ficou com mais da metade do território simonense, o que originou uma série de disputas que se arrastaram pelas décadas de 1870 e 1880, mas as divisas não foram alteradas (LAGES, 1996, p15).

Podemos citar o fato que os Junqueira tiveram participação nos processos políticos da região antes mesmo da formação de Ribeirão Preto, o capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira, tio de Quinzinho em primeiro grau por parte de mãe, consta como o mais votado vereador e presidente da casa, na eleição de 1866 realizada para a Câmara de São Simão (GODOY, 2000, p43).

Nessa época o presidente da câmara exercia também a função de prefeito, acumulando os poderes legislativos e executivos. Pelos bons serviços prestados à causa pública, o cap. Gabriel foi condecorado com a Ordem da Rosa e a insígnia de comendador pelo Imperador D. Pedro II (MATTOS, 2004, p392).

O comendador Gabriel foi um dos proprietários da Fazenda Lageado, na Sesmaria da Onça, que recebera por herança paterna. Apesar de a fazenda ter sido dividida entre os vários herdeiros, após a morte de Anna Claudina e Luis Antonio, Gabriel assumiu como já era previsto, a administração da fazenda, já que esse papel lhe cabia desde antes do falecimento dos pais. Começou a administrar a fazenda de 65.534 alqueires ainda com 18 anos de idade, parece ter sido um dos primeiros líderes dos Junqueiras nessa região, deixando um vasto legado a ser seguido (MATOS, 2004, p394).

Com o falecimento de Capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira o poder dentro da família parece ter passado para seu irmão mais novo, o Capitão Luís Herculano de Souza Diniz Junqueira, que assumiu a presidência da câmara de Ribeirão Preto no período de 1877 a 1881.

Os Junqueiras estariam presentes dentro da política de Ribeirão Preto durante muito tempo. Podemos citar o coronel Luiz Antonio da Cunha Junqueira, irmão mais velho de Quinzinho que teve um papel de liderança dentro família. Durante seu tempo de vida, foi vereador na terceira e presidente durante a quarta legislatura da Câmara Municipal, Manuel da Cunha Diniz Junqueira foi o presidente durante a quinta legislatura e José Bento Diniz Junqueira e Manoel da Cunha Diniz Junqueira como juizes de paz, isso apenas para citar os parentes diretos e antes de 1889, se fossem incluídos os parentes ligados pelos vínculos de casamento a lista seria muito maior (Câmara Municipal de Ribeirão Preto (2001 p12-p22)).

Isso reforça a ideia que o clã Junqueira já possuía um grande poder político ainda mesmo no período imperial. Notamos que há o desenvolvimento do poder através da posse de cargos dentro da Câmara Municipal e em outros cargos de nomeação pública, demonstrando seu poder em forçar essas nomeações e de angariar votos.

Ribeirão Preto será um dos municípios que sofrera um impressionante crescimento demográfico nesse período.

TABELA 2

População total do Município de Ribeirão Preto (1874-1920)

Município	1874	1900	1920
Ribeirão Preto	5.552	59.195	68.838

Fonte: BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (orgs.). Na estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

Analisando a tabela dois, podemos ver que a população do município praticamente dobrou de tamanho no período entre os anos 1874 e 1886, e não parou de aumentar de forma impressionante nos anos seguintes. A explicação para esse surto populacional é diretamente ligado aos projetos de imigração que traziam cada vez mais pessoas para abastecer as fazendas de café e pela atração da riqueza gerada por ele.

Com isso vemos que a cidade de Ribeirão Preto tinha uma importância econômica relevante, já que o café era o principal produto de exportação brasileiro durante um grande período. É possível ver a grande diferença entre as fazendas do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista. Podemos apontar a diferença do solo como um dos fatores, uma vez que as fazendas do Vale logo começaram a ter suas terras desgastadas demais para uma boa produção e a terra roxa encontrada na região de Ribeirão Preto se mostrou ideal para o cultivo do café:

A província de São Paulo possui grande número de municípios do mais alto valor em terras de cultura; e é difícil mesmo a um lavrador, que vem de fora saber a qual deve dar

preferência. Mas, quando mesmo não possuísse o Ribeirão Preto, ainda assim seria ela a primeira província do Império. Só este era bastante para colocá-la acima de tudo quanto a imaginação pode conceber de mais surpreendente. É ali que a natureza tropical condensou todas as forças de sua fecundidade e derramou à profusão todas as maravilhas de sua onipotente criação O Ribeirão Preto é o vasto repositório em que a “Flora Brasileira” se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante expressão. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso espetáculo da natureza viva (A Terra Roxa, - “A Província de São Paulo”, 10/12/1876)

Mas a diferença na qualidade do solo não é a única razão para a produção paulista ser tão superior à fluminense. A substituição do trabalho escravo pelo livre conta como um fator que não pode ser ignorado, assim como a modernização da produção:

Os fazendeiros dessas novas áreas – ao contrario daquelas do Vale – substituem aos poucos o escravo pelo trabalhador livre; ao mesmo tempo, procuram métodos mais aperfeiçoados para a produção, o preparo e o beneficiamento do café. A Assembléia da Província do Estado apresenta, em 1863, projetos para a introdução de métodos mais racionais no cultivo do produto, Isto com certeza, era resultado das primeiras experiências com novas máquinas na região Oeste. [...] Isto era mais fácil no Oeste, pois havia capitais para a aquisição de máquinas, podendo-se contar com trabalhadores livres – mais qualificados para o seu manuseio e conservação. Os escravos das fazendas do Vale do Paraíba não tinham interesse no trabalho pela sua própria condição, não estava apto para cuidar de maquinarias dispendiosas (CASALECCHI, 1989, p. 29).

A ferrovia Mogiana chegaria a Ribeirão Preto em 1883. Rodrigo Paziani nos fala do processo de transformação que a ferrovia provoca:

[...] as estradas de ferro como elementos que visavam atender os interesses pessoais dos ricos fazendeiros, no transporte e escoamento da produção cafeeira – na forma de redes ferroviárias interligando os principais municípios paulistas em direção ao porto de Santos – e, no seu rastro, o advento de um mercado de consumo e de trabalho que fez prosperar um conjunto de transformações urbanas e acelerou, segundo padrões não determinados, o movimento de homens, mercadorias e ideias para esta zona (PAZIAN, 2004, p. 21).

Em busca de diminuir os gastos com a produção e transporte do café, os maiores exportadores construíram seus próprios ramais de ferrovia ligando os locais de produção diretamente aos troncos das ferrovias Paulista⁴ e Mogiana, ligando assim as fazendas ao porto,

Henrique Dumont acordou com a Mogiana a flexibilização do privilégio de exploração de zona para a construção de ramais de extensão até suas terras, inaugurando a estação Dumont. Os trilhos da estrada de ferro Companhia Dumont atravessavam a fazenda Monte Alegre, de Francisco Schmidt, onde também havia um triângulo de reversão. A família Prado estendeu seus trilhos até a fazenda Guatapará, local onde se instalou uma estação que unia os troncos da Mogiana e da Paulista (GODOY, 2000, p. 79).

Com as linhas de ferro não só seria feito o escoamento da produção do café para os portos e de lá para o resto do mundo, como no caminho inverso transportaria máquinas de beneficiar o café, os produtos importados que fizeram o regalo dessa elite, os imigrantes vindos da Europa, que não eram somente o traba-

4- A Companhia Paulista de Estradas de Ferro foi inaugurada em 11 de Agosto de 1872 ligando o trecho Jundiaí-Campinas e o porto de Santos. Na verdade, uma extensão da São Paulo Railway SPR (a inglesinha) que ligou Santos a Jundiaí tornando o porto de Santos o maior exportador do país.

lhador que iria para as fazendas mas também aqueles que iriam se estabelecer na cidade com pequenos comércios, oficinas e até mesmo pequenas industrias e viriam também as mulheres que iriam vender seus corpos na noite dos cassinos que fazia a alegria dos coronéis .

Como podemos observar, Ribeirão Preto possuía ramais férreos comunicando a cidade às diversas regiões produtoras que se utilizavam das ferrovias Mogiana e Paulista. Logo, a travessia do Rio Grande também foi controlada pela Mogiana, o que permitiu a Ribeirão Preto interligar-se ao sul de Minas Gerais. Ao conectar-se ao triângulo mineiro através do transporte ferroviário e hidroviário, o intercâmbio comercial tornou-se rápido e financeiramente viável, tornando a agro-exportação muito forte na região.

Outro desenvolvimento tecnológico que acompanhou as ferrovias e em muito contribuiu para a expansão do café, foi o telégrafo. Utilizando este meio de comunicação, os fazendeiros e comerciantes se comunicavam rapidamente vencendo o obstáculo da distancia que os separava de São Paulo (capital) e do porto de Santos.

O modelo de desenvolvimento seria seguido a risca em Ribeirão Preto, aonde a libertação dos escravos foi adiantada, demonstrando como o problema da substituição da mão-de-obra já havia sido solucionado com a chegada em massa de imigrantes europeus.

A libertação dos escravos em Ribeirão Preto ocorreu em 1887, por ato da Câmara Municipal. Contudo, a mão-de-obra escravizada já vinha sendo substituída pelo trabalho assalariado. Tendo vivido sob a lei do chicote e sofrido um proces-

5 - Mais informações ver FRANÇA. Jorge Luiz. Meretrizes na Belle Époque do Café: cabaré e sociedade (1890-1920). Monografia de Conclusão de Curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2006.

so de desenraizamento cultural, os negros passaram da condição de submissão oficial para a informalidade, muitos estabeleceram na zona urbana, dedicando-se às atividades de ambulante ou aos serviços domésticos, enfrentado no dia-a-dia o desafio complexo de reconstituir sua identidade cultural. (SILVA, A. ; ROSA, L. R. O. ; SILVA, M.C.C. ; REGISTRO, T.C. . Filhos do Café.p.34)

Embora a presença do imigrante europeu significasse também um avanço tecnológico no que diz respeito à qualidade da mão de obra utilizada na produção de café, a princípio os métodos de cultivo eram essencialmente os mesmos do início da agricultura do gênero. O instrumento básico de trabalho a ser utilizado para manter os cafezais livres de ervas daninhas, remoção de galhos mortos, replantio de mudas mortas e coroação de terras antes da colheita e espalhamento do cisco após a colheita, continuava sendo a enxada. A ausência de cuidados adequados poderia reduzir significamente a colheita, um dano irreparável. Tendo a enxada como principal instrumento de trabalho, a necessidade de mão de obra na lavoura cafeeira continuava elevada,

Entre 1886 e 1900 a população do município passou para 59.195 .Em 1886, os austríacos representavam 46,2% dos estrangeiros, enquanto os italianos correspondiam a 20,7% e os portugueses 18,4%. Em 1902 a situação se inverteu: os imigrantes italianos perfaziam um total de 83,7%, os portugueses 7,9%, os espanhóis 5,1% e os austríacos apenas 1,7%. Esses e outros números tornaram a zona da Mogiana, em torno de Ribeirão Preto, a mais importante área para a história do café e da imigração (HOLLOWAY, 1979, p. 39).

É verdade que muitos fazendeiros eram céticos no que diz respeito ao uso de máquinas nos cafezais, mas esse não é o único motivo pelo qual a tecnologia era de certa forma por eles rejeitada. Ao utilizar as máquinas nas fazendas de café, tornava-se inviável o cultivo de gêneros de subsistência (feijão e milho)

entre as fileiras de café. Muitos fazendeiros ofereciam a oportunidade de plantar outras culturas como forma de atrair trabalhadores. Incentivo que a mecanização eliminaria.

Podemos compreender um pouco mais do papel que Ribeirão Preto exercia no país durante esse período se analisar a produção de café durante seu auge no Vale do Paraíba e a mesma produção em Ribeirão Preto no seu auge. Segundo Marcondes, em 1868 no apogeu da cafeicultura no Vale do Paraíba, a colheita média chegava a 3.496 arrobas de café; em Ribeirão Preto nos anos de 1916/17 a colheita média foi de 8.358 arrobas e, no mesmo período, Campinas colheu 2.851 arrobas e Jaú 2.633 arrobas. Do cruzamento dessas informações, pode ser analisado que a produção em Ribeirão Preto em 1916/17 era três vezes maior do que a de Campinas, a segunda localidade do Estado de São Paulo em produção. Além disso, a produção de café em Ribeirão Preto nesse período foi 239% maior do que a produção do Vale do Paraíba em pleno auge da cafeicultura, em 1868 (MARCONDES, 2007).

As diferenças entre esses dois grupos de fazendeiros do Vale do Paraíba e os do Oeste Paulista será cada vez maior. Os paulistas passam a morar nas cidades, ou pelo menos ter uma residência na cidade e a se comportarem como homens de negócios, progressistas segundo José Ênio Casalecchi eles “vão ter uma série de aspirações novas” (MARCONDES, 2007, p30) investindo em bancos, em ferrovias, atividades industriais adquirindo imóveis e as mais diversas formas de diversificar o capital ganho com o café.

Esse novo grupo de fazendeiros, que vê seu poder aumentar conforme abraçam atitudes progressistas, acusa as instituições monárquicas de serem muito centralizadoras, impedindo o desenvolvimento destas novas regiões, não demorou muito para que esses simpatizassem com as ideias repúblicas para buscar transformar esse poder econômico em poder político, como podemos ver:

Dos republicanos paulistas, em 1878, mais de 30% eram proprietários rurais; na província do Rio eles representavam menos de 2%, enquanto profissionais liberais (advogados, jornalistas, professores, médicos, engenheiros, etc.) representavam mais de 60% (CASALECCHI, 1987).

Para organizar aqueles que estavam de acordo com as ideias republicanas, nasceu, em Itu, em uma reunião em abril de 1873, na casa do então deputado Prudente de Moraes, o Partido Republicano Paulista, o PRP. Ele seria o partido mais importante de São Paulo e talvez de todo o país durante todo o período da Primeira República. Seu principal objetivo era defender esse grupo das imposições da monarquia e lutar pelo regime republicano,

Não foi mero acaso encontrar-se em São Paulo o mais forte e unido Partido de oposição à Monarquia: o republicano. O desenvolvimento material pedia na década de 1860 algumas providências. Entre elas, com destaque, a necessidade de desenvolver o “espírito associativo dos paulistas” para se defenderem das mazelas resultantes da centralização monárquica (CASALECCHI, 1987, p. 47).

No entanto apesar de se sentirem prejudicados pela centralização do poder na monarquia, pela opressão de um poder moderador e pelos rumos que a economia vinha tomando, os fazendeiros de São Paulo não estavam inteiramente excluídos dos processos políticos e dentro de sua província, apesar do poder dos interventores nomeados, eles desenvolviam o domínio das câmaras municipais, isso se faz verdadeiro também no caso dos Junqueira em Ribeirão Preto.

É nesse momento de transição que Quinzinho passa sua infância e mocidade. Vai viver os momentos de declínio do Império, o processo de abolição dos escravos, a transformação do cenário rural com a chegada dos imigrantes europeus brancos, as disputas da elite que iriam trazer a República e uma nova maneira de se exercer o poder.

Capítulo II

Chega à República: Novas disputas pelo poder

Com a República as tramas do político passariam a ser urdidas de maneira diferente do passado, as novas instituições e os novos protagonistas desse novo jeito de se atuar no poder pediam ações diferentes do que a antiga elite estava acostumada, logo ela iria se adaptar. No caso dos Junqueiras de Ribeirão Preto, algumas décadas foram necessárias para restituir a antiga hegemonia que possuíam durante o Império.

José Murilo de Carvalho demonstra a origem do poder dessa elite, antes da República o senhor de terras:

Comandava vasto séquito que incluía a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas. Todos dependiam dele, de seu poder, de seu dinheiro, de sua proteção. Controlava a terra, o trabalho, a política, a polícia e a justiça. Alguns isolavam-se no interior comandando estados à parte. A maioria, no entanto, desde o início vinculava-se à economia exportadora e à administração colonial. O poder colonial não tinha braços suficientes para administrar e delegava aos chefes locais tarefas de governo ou simplesmente deixava que mandassem como bem entendessem (CARVALHO, 2005, p.101).

O governo durante o período de Regência, imprensado entre reacionários de um lado e povo do outro, não tinha como manter a ordem. Criou a Guarda Nacional, em agosto de 1831, de olho

na congênera francesa, para colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham o que perder, apesar das muitas reformas que sua legislação sofreu durante os anos, passando por mudanças em suas atribuições e na maneira que ajudava a organizar o poder dentro do país, mas a Guarda Nacional estaria relacionada com o poder da elite até sua desmobilização em 1922.

Faziam parte da Guarda os adultos entre 21 e 60 anos que tivessem renda de 200 mil-réis nas quatro maiores cidades e 100 mil-réis no resto do país. Os oficiais eram nomeados pelo ministro da Justiça, sob recomendação dos presidentes de província.

A hierarquia da Guarda seguia a hierarquia da renda e do poder. O chefe local virava coronel, o posto mais alto, o segundo mais poderoso virava tenente-coronel, o seguinte major, e assim por diante. Lavradores e artesãos tinham que se contentar em serem praças. A Guarda foi um eficiente mecanismo encontrado pelo governo para cooptar os senhores de terra, para estreitar o laço entre governo e poder privado.

Com o tempo, a Guarda deixou de exercer funções de segurança e virou instrumento político-eleitoral. O coronel com maior poder na localidade virou chefe político. A ele se dirigiam os candidatos para pedir votos e a partir dele se construía a política local e se negociava com a política estadual e federal.

Os “coronéis”, como eram genericamente chamados, obedeciam, por sua vez, ao “chefe político” local. Homem de considerável prestígio e quase sempre coronel ele próprio, era esse último que definia a política da situação local, selecionava candidatos locais para os cargos públicos e ditava como deveriam votar seus seguidores. Em troca, esse chefe barganharia a interesses da situação local, ou de acordo com seus caprichos pessoais, com líderes da situação estadual, prometendo os votos em massa da sua região em troca de quaisquer que fossem as recompensas políticas que estivesse buscando. Essas poderiam incluir a construção de escolas e estradas no distrito representado por ele, a nomeação de políticos locais para candidatos da situação a cargos federais, e assim por diante. Os líderes do aparato político estadual,

principalmente os governadores, disputavam entre si o controle do governo federal (WALKER, 2004, p.29).

A federação de 1891 reforçou em muitos aspectos o poder do coronel. Agora havia um governador de estado eleito que dependia mais dele do que o ministro da Justiça. Surgiu o coronelismo como sistema na terminologia de Victor Nunes Leal (1978). O coronel municipal apoiava o coronel estadual que apoiava o coronel nacional, também chamado de presidente da República (CARVALHO, 2005).

Em Ribeirão Preto, o movimento republicano estava em consonância com o que ocorria na política provincial e nacional. Em 16 de novembro de 1889 a Câmara aderiu oficialmente á causa republicana em uma sessão que findou-se “ao som de vivas e da Marselheza”(Id.caixa 174. Arquivo. SP. Altino Arantes. Correspondência pessoal.)

Antes mesmo da proclamação Ribeirão Preto já contava com políticos que participavam das articulações políticas em nível nacional:

Entre os membros da política ribeirãopretana haviam expoentes da nova grei republicana paulista. Na casa de Luis Pereira Barreto reuniram-se, entre outros, Bernardino de Campos, Adolfo Gordo, Vitorino Gonçalves Carmilo Cintra, João Batista de Melo e Oliveira, Manoel Lopes Oliveira, para preparar, pouco antes da proclamação da República, o governo provisório provincial, aludindo como indicativo o nome de Américo Brasiliense para líder transitório, devido a seu bom relacionamento com os vários grupos políticos (republicano, liberal e conservador), o que possibilitaria o apoio incontestado dos futuros adesistas (GODOY, 2000, p. 142).

Imediatamente depois de decretada a República, a Comissão Permanente do PRP se reuniu para montar sua chapa às eleições para o Congresso. Ribeirão Preto teria três candidatos a deputado federal: Luis Pereira Barreto, Martinico Prado e Rodolfo

Miranda.

Apesar do ambiente favorável à, República na região e a crescente influência de Ribeirão Preto nos dizeres políticos de São Paulo nem todos estavam tão consoantes com o novo regime. Os Junqueira que detiveram o poder político na região até a decretação da República vão perder espaço dentro desse novo regime. Quinzinho, um monarquista declarado, será um adesista contrariado, mas isso não vai diminuir as perdas causadas pelos primeiros anos da República (GODOY, 2000).

O coronel Quinzinho foi eleito vereador municipal em 1890, num período turbulento da legislação eleitoral brasileira, modificada em todas as suas instâncias pela proclamação da República. O coronel acabou tendo seu mandato revogado em 1892, sob acusação de fraude eleitoral. Ele nunca mais disputaria um cargo eletivo (CIONE, 2000).

Podemos apenas especular que a derrota pública, pouco conhecida de sua família, o tenha envergonhado de maneira profunda, já que ele iria recusar, até o fim dos seus dias, concorrer a qualquer cargo que fosse. Seu poder seria exercido por meio de subordinados indicados e apoiados por ele.

Além do grupo dos Junqueiras haviam outros grupos disputando o poder dentro de Ribeirão Preto. Entre seus membros o maior expoente seria o Coronel Francisco Schmidt, o maior rival do coronel Quinzinho, com quem iria duelar pelo poder dentro do distrito durante várias décadas.

Por ser uma pessoa fascinante e um caso ímpar de um colono que consegue ascender à posição de coronel, sendo um dos grandes nomes da política de Ribeirão Preto, acreditamos ser válido nos demorar algumas linhas para melhor conhecer o coronel Schmidt.

Francisco Schmidt. Nasceu em Bremem, Alemanha, em 3/10/1850, filho de Jacob Schmidt e Gertrudes Rauskold Schmidt. Em 1858, a família Schmidt chegou ao Brasil, para trabalhar na Colônia São Lourenço, na Fazenda Felicíssima, de propriedade do Comendador Luiz Antônio de Souza

Barros, em São Carlos do Pinhal (atual São Carlos). Foi nesta fazenda que Francisco Schmidt entrou em contato com a cultura do café.

Posteriormente, transferiu-se para a cidade de Belém do Descalvado (atual Descalvado, SP), onde trabalhou na fazenda de Rafael Tobias Aguiar. Em 1873, casou-se com Albertina Kolh com quem teve 8 filhos. No ano de 1878, adquiriu um armazém de secos e molhados e, neste período, começou a trabalhar como corretor de café para a firma Theodor Wille e Co.

Em 1889, vendeu o seu estabelecimento em Descalvado e comprou sua primeira fazenda, denominada “Bela Paisagem”, no município de Santa Rita do Passa Quatro. Passou a investir na compra e venda de fazendas e conseguiu, com isso, aumentar o seu capital.

Em 1890, comprou em sociedade com o Coronel Arthur de Aguiar Diederichsen, a Fazenda Monte Alegre (atual Museu do Café), até então de propriedade de João Franco de Moraes Octávio. Arthur Diederichsen vendeu sua parte na fazenda, e Schmidt tornou-se o único proprietário. Com o financiamento da firma Theodor Wille e Co., comprou inúmeras fazendas nos municípios de Ribeirão Preto, Franca, Brodowski, Orlandia, Araraquara, Sertãozinho, Serrana, entre outros. Chegou a possuir 62 fazendas, onde existiram, aproximadamente, 16 milhões de pés de café.

Em 1913, era o maior produtor de café do Brasil e recebeu o título de “Rei do Café”. Além do café, implantou o primeiro engenho de açúcar da região, em Sertãozinho, em 1906 (Engenho Central, no atual município de Pontal), e dedicou-se também à pecuária e ao cultivo de algodão. Em 1901, foi nomeado, pelo então presidente da República, Campos Sales, coronel-comandante da 72ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional. Foi vereador em Ribeirão Preto por 6 legislaturas, sendo nomeado presidente da Câmara Municipal em 2 mandatos.

Em 1895, junto com o Coronel Virgílio da Fonseca Nogueira, Doutor Luiz Pereira Barreto, Augusto Ribeiro de Loiola, Flávio de Mendonça Uchoa, e outros, idealizaram a construção do Theatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897. Com a

morte de sua esposa, em 1917, organizou com seus filhos, a Cia. Agrícola Francisco Schmidt, mudando-se, logo depois, para São Paulo, SP, onde faleceu no dia 18/5/1924 (SILVA, A. ; ROSA, L. R. O. ; SILVA, M.C.C. ; REGISTRO, T.C. 2010, p. 43)

A figura do coronel Francisco Schmidt, homem de grande poder e prestígio, mas com uma origem humilde de colono imigrante, visto como “um homem ativo, trabalhador e de inteligência incomum, ainda que se soubesse que era incapaz de assinar o próprio nome” (WALKER, 2004, p62) falava com um grande sotaque germânico, demonstrando que em Ribeirão Preto, apesar da força da tradição, a modernidade iria ganhando espaço, as categorias clânico-parentais tratadas em obras como de Oliveira Vianna, Vitor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz não são mais únicas e uma nova elite política híbrida composta por fazendeiros, comissários de café, novos ricos, imigrantes, arrivistas, militares e bacharéis, iria disputar um lugar na política e os poderes tradicionais teriam de batalhar constantemente para manter seu espaço.

Ao contrário do alemão Schmidt, Quinzinho era visto como um aristocrata. Fazia parte do poder que se enraizara na terra desde muito tempo, sua família enriquecera com a terra e iria enriquecer ainda mais com a cultura do café, já que foram os primeiros a iniciar suas plantações na região.

A força da tradição e a riqueza seriam aliadas importantes para sua ascensão ao poder. Segundo Thomas Walker:

A riqueza lhes deu oportunidade para adquirirem cultura, no sofisticado sentido europeia. Apesar de poucos membros da família terem tido uma educação formal, praticamente todos foram educados na infância por alguns dos melhores tutores particulares que o dinheiro podia comprar. Eles haviam viajado pela Europa e adquirido gostos apurados e maneiras sofisticadas. No rústico e pouco explorado ambiente da antiga Ribeirão Preto, tal cultura e sofisticação naturalmente proporcionaram aos Junqueira grande prestígio e respeitabili-

dade. Quinzinho, a quintessência da cultura Junqueira, era, portanto, um líder político tanto na família quanto no Município (WALKER, 2004, p. 63).

Mesmo assim, nos primeiros anos da República o grupo dos Junqueira não estariam, pela primeira vez em muitos anos, de posse da presidência da Câmara e da Intendência de Ribeirão Preto.

Nas eleições para a Câmara Municipal, em 1891, Schmidt e seu sócio Arthur Aguiar Diederichsen substituem o grupo de Quinzinho. Ao que parece Arthur, que foi eleito intendente (o que equivale a prefeito, nesse período os poderes legislativo e executivo já eram ocupados por pessoas diferentes) para o período que terminava em 1896, ele parece ter sido o chefe político do partido, já que em 1895 ele encabeça uma lista do diretório local do Partido Republicano Paulista, de qualquer forma ele logo seria substituído pelo seu amigo e sócio Francisco Schmidt (WALKER, 2004).

Nas eleições seguintes o coronel Junqueira organiza uma campanha contra os “estrangeiros” e a favor do retorno ao poder local de representantes das famílias tradicionais. Apesar de gastar grandes somas de dinheiro próprio na campanha, Quinzinho não consegue vencer a situação, referenciada no grupo Schmidt, e se isola em sua fazenda.

Schmidt manteve íntimas ligações com o staff político perre-pista. Recebeu, em 1902, de Campos Sales, a patente de Coronel comandante da 72^o brigada de infantaria da Guarda Nacional. O título significava, a exemplo do período imperial, um instrumento de status. Por ser imigrante e de origem simples, a patente honorífica se fazia como forma de homologar seu lugar entre os membros da elite e nivelar sua posição aos bem nascidos (AMORIM, 2001).

O grupo de Schmidt, na direção política municipal, manteve um relacionamento bastante próximo com as lideranças estaduais e nacionais do PRP. Apoiou Prudente de Moraes e Campos Sales.

A amizade pessoal entre Schmidt e Campos Sales favoreceu uma franca adesão dos políticos de Ribeirão Preto à sua candidatura ao governo federal. O grupo chefiado por ele manteve a hegemonia local por mais alguns anos (GODOY, 2000).

Apesar do grupo de Schmidt ocupar os cargos políticos municipais durante toda a década de 1890, Quinzinho não diminuiu sua influência nos altos escalões republicanos, mantinha intrincadas relações de amizade, compadrio e lealdade política com os principais líderes republicanos.

Rio, 14 de outubro de 1897.

Caro Amigo. Snr. Joaquim Junqueira.

Como a esta hora já deve saber, a Convenção de nosso partido apresenta Candidatos á Presidência e Vice presidência da República, nosso ilustres amigos Lauro Sodré e Fernando Lobo , para a eleição de 1º de março próximo. Venho, pois, tendo a maior conta do seu prestígio, não só em Ribeirão Preto, como na zona ainda nessa zona do 7º distrito, invocar todo seu esforço no sentido de serem nossos candidatos cobertos com a maior votação que lhes puderem dar. Peço-lhe licença para lembrar que no balanço geral do 7º Distrito, previmos que nós temos a maioria, e que esta pode e deve ser ainda aumentada, que os chefes do Distrito, como o amigo e outros influentes, entrarem na luta com entusiasmo. Chamo sua atenção para a sede do Distrito que é Ribeirão Preto, aonde deve o amigo redobrar de esforços afim de conquistarmos efetivamente o primeiro lugar. Em suma, tal é a confiança que em si deposito, que tranquilamente de aguardo o desfecho da Campanha Eleitoral. Felizmente estamos, na maioria dos Estados, com a vitória assegurada. O incidente com o Rio Grande do Sul desapareceu, ali vamos ter pelo menos 6 mil votos contra 5 mil votos no máximo. Quanto a retirada do Pinheiro, nenhum abalo produzira, pois acabo de entender-me com ele, e não será um adversário = Minas, a candidatura Fernando Lobo nos colocou bem, e na Bahia, depois da tomada de Canudos, podem contar com votação igual aos dos adversários. Peço de ler o telegrama que a República publica hoje do Paes de Carvalho. Governador do

Pará, passado a Lauro Sodré: isto quer dizer que ele ali terá a quase unanimidade da votação. Desculpe a extensão desta, mande sempre suas ordens a quem é amigo com muita estima e afeto.

Seu amigo e correligionário.

Francisco Glycerio (GLYCERIO, Francisco. Carta. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1897. Carta endereçada ao Sr.Joaquim Junqueira. Fonte:AHESP- Fundo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira).

Depois das defecções dentro do PRP em 1891 e 1895, com a constituição do Partido Republicano de oposição. A eclosão da revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, em oposição declarada a Prudente, fez com que Glicério, líder do Partido Republicano Federal e fiel aos militares, rompesse com o governo.

Por isso, isolado, lança candidaturas próprias, as que citam na carta a Quinzinho, corporificando o grupo do Partido Republicano de Oposição, suas intenções são frustradas por Campos Sales, que vence com larga margem.

Esse jogo de alianças demonstra que Quinzinho era aliado preferencial de Glicério, e Schmidt apoiava a Campos Sales de maneira incondicional, assim vemos que as lideranças de Ribeirão Preto estavam em sintonia com o que ocorria na política estadual e nacional e em sua maneira interagiam interferindo e sofrendo interferência dela.

Em fevereiro de 1901, aconteceu uma eleição especial para preencher uma vaga na Câmara Municipal. A eleição foi muito movimentada e ocorreram diversas acusações que a situação haveria fraudado os resultados (WALKER, 2000).

Em dezembro do mesmo ano houve uma eleição regular para a Câmara, agora o grupo do Coronel Schmidt iria enfrentar uma nova investida do grupo dos Junqueira.

Em 1900, ocorreu a fundação do Clube da Agricultura e do Comércio em Ribeirão Preto, clube esse formado por fazendeiros e comerciantes prósperos da cidade, que não estavam contentes com a visão progressista dos alemães Arthur Aguiar Diederi-

chsen e Francisco Schmidt resolveu usar sua influência para apresentar uma lista de candidatos da oposição para as eleições municipais. Já havia uma lista oficial da situação, mas o coronel Francisco resolveu recusá-la motivado pelas acusações de fraudes que recaíam sobre a última eleição, esse seu descuido permitiu a vitória de seus opositores.

Agora o Clube da Agricultura e do Comércio estava no controle da cidade precisava constituir oficialmente uma diretoria para o PRP para assim governar de fato a nova situação. A princípio houve muita divergência sobre quem poderia ser apontado como novo chefe do Diretório, mas se percebeu que era necessário alguém que estivesse no mesmo nível de poder do chefe anterior para que fosse mantida a influência da cidade.

Como resultado, o convite foi feito ao Coronel Quinzinho Junqueira, que apesar de não fazer parte do clube e ter sido originalmente rechaçado por suas tendências monarquistas, foi convidado a assumir o papel de chefe do Diretório do PRP de Ribeirão Preto. Mesmo com receio de suas experiências políticas anteriores, Quinzinho soube perceber que essa era uma grande oportunidade de assumir seu lugar dentro da política da cidade.

Em 24 de fevereiro de 1902, Quinzinho assumiu o papel de chefe e logo depois dissolveu o Clube da Agricultura e Comércio. Sua posição estaria consolidada e inabalável até 1909 (WALKER, 2000).

Consta a apuração das eleições municipais realizadas em 16 de dezembro de 1901, pelas quais se verificou a vitória do partido chefiado pelo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que, desde então, até sua morte em 1932, foi o grande chefe do Partido Republicano Paulista em Ribeirão Preto. Foram reconhecidos vereadores: Jefferson Barreto, 738 votos; médico Dr. Manuel Aureliano de Gusmão, 737 votos; Dr. Floriano Leite Ribeiro, 736 votos; Cel. Manuel Maximiniano Junqueira, 735 votos; Cel. Eliseu de Campos Pinto, 733 votos; Maj. Joaquim Vieira de Souza, 731 votos; médico Dr. Gabriel Honório Barros, 298 votos; Dr. Augusto

Ribeiro de Loiola, 237 votos; suplentes; Candido Mendes Botelho, 235 votos. Dr. Breno dos Santos, 218 votos; Felicio de Assiz Moraes, 215 votos, Emilio Moreno de Alagão, 30 votos; cel. Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira, 24 votos. Dr. Ponciano Cabral 24 votos, Joaquim Carlos de Azevedo, 23 votos; Francisco Carvalho de Miranda, 20 votos; Dr. Eduardo Leite Ribeiro, Dr. Fábio de Sá Barreto, Francisco de Moraes e Mario de Castro Pinto, 15 votos cada um, Antonio Caetano Alvares, Mário de Meireles França, Benedito Ortiz de C. Amazonas, Antonio Bento F. Lopes, 8 votos cada um; Francisco Diederchsen , 6 votos; Inocêncio Celso de Abreu, 5 votos, Te.Cel. Fernando Ferreira Leite, 4 votos: Dr. João Alves Meira Junior, 3 votos; Dr. João Caetano Alves 2 votos; Cel Francisco Schmidt, Fábio Uchôa, médico Dr. J. Zacarias de Souza e João Machado Cavalcante, 1 voto cada um (CIONE, 1999, p. 244-245).

Observando os resultados dessa eleição, podemos concluir que houve uma fraude, ou ocorreu que o grupo da situação se absteve de votar, já que seus líderes obtiveram poucos votos: Francisco Diederchsen apenas seis votos e Francisco Schmidt apenas um único voto. Houve uma intervenção da Comissão Diretora do partido, mas não fica explícita a manobra que coloca Quinzinho na direção política local.

A mudança de grupo político na direção municipal parece estar de acordo com as descendências que vinham ocorrendo dentro do PRP no estado, criando dois grupos distintos, liderados por Campos Sales (grupo oligarquista) e Prudente de Moraes (grupo dos dissidentes).

Não houve grandes acontecimentos políticos na cidade durante certo tempo e a posição de Quinzinho permaneceu sem abalos. Em 1907, durante a visita do presidente do estado Jorge Tibiriçá, os dois coronéis rivais, aparecem trabalhando juntos para providenciar entretenimento e hospitalidade ao oficial.

Em 1908 um dos vereadores de seu grupo, Renato Jardim, renunciou ao seu cargo e passou para a oposição, seguido em 1909 por João Pedro da Veiga Miranda, que havia sido prefeito

nos anos de 1908 e 1909.

A campanha civilista foi o estopim para reacender as discordâncias dentro da política de Ribeirão. Quinzinho, militarista e amigo pessoal de Glicério, apoiou Hermes, constituindo o único distrito em que Hermes obteve vitória em todo o Estado de São Paulo, o que comprova a força personalista e tradicional que o coronel Junqueira possuía.

No entanto a Comissão Diretora do PRP estava em desacordo com a postura de Quinzinho e ele destituído do comando do partido em Ribeirão Preto, essa liderança foi assumida por Veiga Miranda, Francisco Schmidt e Renato Jardim, que apoiaram a posição civilista de acordo com a vontade do partido fazendo campanha para Rui Barbosa (WALKER, 2000).

Um episódio que demonstra o personalismo nas decisões políticas de Quinzinho, o apoio dado a candidatura de Rodrigues Alves ao governo do Estado em 1911, parece estar em desacordo com o apoio a Hermes da Fonseca no governo federal, no entanto apesar das críticas que ele recebeu, Quinzinho alega que não há incompatibilidade alguma, já que ambos são seus amigos (GODOY, 2000).

Entretanto a direção do partido logo percebeu que sua decisão não afetou o poder que Quinzinho possuía, além de ser a única cidade do estado aonde Hermes foi vitorioso, pois o grupo dos Junqueiras elegeram sete dos dez vereadores.

Nesse mesmo ano, Joaquim Macedo Bittencourt, que foi eleito vereador em 1908, ocupará o cargo de prefeito e assim se manterá pelos nove anos seguintes, mantendo o executivo municipal sob o comando do grupo Junqueirista, juntamente com Manuel Maximiniano Junqueira, sobrinho de Quinzinho, como presidente da câmara que passara esse cargo adiante apenas em 1917.

Em 1911, o grupo dos Junqueiras faz uma importante aquisição à máquina política do PRP da região de Ribeirão Preto é efetuada a compra do jornal A Cidade, o periódico que já era favorável ao grupo e se encontrava em dificuldades financeiras será formalmente comprado em 20 de outubro de 1911.

Após uma assembleia realizada em sua sede foi constituída a sociedade anônima “A Cidade de Ribeirão Preto”. O Coronel Quinzinho é seu maior acionista individual tendo desembolsado oito contos de réis para adquirir ações. Outros membros da família Junqueira participaram da sociedade como sua cunhada Iria Alves Junqueira, conhecida como a “rainha do café”, o coronel Maximiano Junqueira e Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira, que assumiu a presidência da sociedade anônima.

A participação de outros integrantes da família na compra do periódico indica que Quinzinho exercia uma liderança e algum tipo de controle sobre o restante da família, já que esses não deixavam de contribuir com seus recursos para a realização de suas vontades, como no caso de Iria Alves que entrou na sociedade com um alto montante de dinheiro, sete contos de réis e seu sobrinho Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira que deixou de trabalhar em outra companhia da família para passar a presidir a sociedade recém criada (A Cidade 100 anos contado a história. Op.cit. p14). Com a compra, que permitiu não só saldar a dívida do periódico, mas ganhar um patrocinador muito forte, o jornal “A Cidade”, cresceu e seria ele por muitos anos o veículo de informação oficial da ala junqueirista do PRP de Ribeirão Preto foi muito presente nas campanhas anti-intervencionismo do governo Hermes, assim como noticiava todas as disputas políticas e acontecimentos dentro da cidade de Ribeirão.

A maioria das notícias favoráveis ao grupo de Quinzinho continham muitas vezes ataques aos rivais políticos e elogios ao chefe,

Nas páginas do jornal A Cidade, porém a influencia do coronel Joaquim da Cunha ofusca qualquer outra – afinal além de chefe político, ele era o único dono ou, na pior das hipóteses, o maior acionista individual do jornal. Em 16 de maio de 1916 o jornal publica na primeira página um texto em homenagem ao coronel Joaquim da Cunha, que fazia anos. Ele é chamado de “chefe de Ribeirão Preto”;
Passa hoje o aniversário natalício do Cel. Joaquim da Cunha

Diniz Junqueira [...]. Pouco expansivo ,avesso completamente a exibições, que em regra tanto concorrem para a popularidade e o prestígio do homem público, mas guiado por um elevado critério, e agindo sob uma vontade inquebrantável, sabe como ninguém arregimentar forças eleitorais e mantê-las em perfeita coesão [...] Tão grande como é seu prestígio político, podendo por ele elevar-se as mais altas posições , renunciou sempre a todas as vantagens que daí lhe pudessem advir, para se manter simplesmente no seu lugar de chefe de Ribeirão Preto, com real influencia em muitos outros municípios do 10º distrito, e assim trabalhar com mais dedicação pelo progresso.

A política jamais foi para o coronel Joaquim da Cunha meio de galgar posições, [...]. O seu merecimento redobra, pois, aos nossos olhos, quando vemos que s.excia sacrifica tantas vezes os seus interesses e seu dinheiro em política, sem outro intuito que não seja o de engrandecer Ribeirão Preto [...]

Por esta data tão auspiciosa A Cidade apresenta ao eminente chefe sinceras felicitações. (A Cidade 100 anos contado a história. Op.cit. p16)

No entanto o grupo rival também possuía uma maneira de divulgar suas próprias notícias já que Schmidt, Renato Jardim e João Pedro da Veiga Miranda, controlavam o periódico “Diário da Manhã”. Com isso puderam rebater a maioria das manchetes, expondo a opinião da oposição.

Os dois principais grupos dentro da cidade iriam se aproximar graças a uma ameaça em comum.

O militar Hermes da Fonseca, nos primeiros anos de seu mandato foi muito severo em assuntos domésticos. Em 1911, Hermes em uma tentativa de mudar o aparato da política estadual nomeia interventores para os Estados do Norte, e ao final do ano, parecia estar pronto para agir sobre o Estado de São Paulo, cujos líderes políticos em sua maioria, estiveram contra sua candidatura.

A primeira oposição ativa à ameaça de intervenção veio de Ribeirão Preto. Em 15 de outubro, a Câmara Municipal reuniu-se e aprovou por unanimidade uma longa e dura moção manifestan-

do a “”completa solidariedade para com o governo patriota do Estado em qualquer medida enérgica que fosse necessária tomar na defesa da autonomia deste (WALKER, 2000). Ocorreram comícios contra a intervenção e uma mensagem foi enviada diretamente ao presidente, pedindo que se reconsideresse a intervenção.

A reação ribeirãopretana foi apoiada por todo o estado. Várias manifestações similares ocorreram em outras cidades e por fim Hermes reconsiderou sua intervenção. Rapidamente, enviou um telegrama para o gabinete do prefeito garantindo que pretendia lidar com as divergências de São Paulo apenas por meios legais. E no início do ano de 1912 ele se encontrou com a Diretiva do PRP Estadual e chegou a um acordo segundo o qual os governos, estadual e federal, colaborariam para a manutenção da constituição e das leis federais (WALKER, 2000).

O fato é que esse temor de uma intervenção federal acabou por unir os grupos políticos antagônicos em prol de uma causa comum.

Essa aproximação entre os grupos é notada nas eleições de 1913, quando Rui Barbosa se torna candidato oficial à presidência. Nesse ano o candidato escolhido pelo diretório estadual do PRP foi Wenceslau Brás, o que levou a certo isolamento político de Ribeirão Preto. Contrariado com a escolha de outro candidato no lugar de Rui Barbosa, Francisco Schmidt demitiu-se do cargo de chefe e com a ajuda de Quinzinho trabalhou para reeleger os candidatos à Câmara de Ribeirão e para manter os demais políticos apoiados pela cidade. A união se fazia necessária nesse momento de desprestígio em que o distrito encontrava-se com os líderes estaduais de seu partido.

Outro acontecimento que obrigou os dois coronéis a trabalharem em conjunto foi a ocorrência de duas greves de colonos das fazendas de Ribeirão Preto e Região.

Motivados pelas péssimas condições em que viviam os colonos da região, organizados entorno de ideais libertários, os trabalhadores se aproveitaram da dependência que os fazendeiros

tinham de sua mão de obra durante a época da colheita para reivindicar melhores salários e uma maior justiça na maneira em que eram tratados.

Em 1912 as greves ocorreram com grande força. As fazendas de Schmidt obtiveram uma grande adesão e forçado pela necessidade de realizar a colheita o coronel foi obrigado a aceitar os termos dos colonos, aumentando seu pagamento e suavizando seu trato com os funcionários.

No ano seguinte, motivados pelo sucesso anterior o movimento grevista mais organizado se espalhou por várias fazendas, incluindo as de posse de Schmidt e as fazendas dos Junqueira, dessa vez no entanto, o movimento fracassou.

Movidos por essa necessidade em comum, estancar as greves e eliminar os articuladores desse movimento, os dois coronéis se uniram e tomaram medidas drásticas, que foram desde demissões em massa até o uso da força policial para realizar a prisão dos líderes, e o uso de capangas para ferir os mais exaltados defensores dos direitos para os colonos.

Apesar de ser um movimento abrangente e organizado, a greve dos colonos de 1913 acabou por fracassar, a resistência dos fazendeiros era muito mais organizada e a capacidade de união deles em um momento de necessidade como esse foi notória, usando da influência que tinham sobre os órgãos da polícia, do patronato agrícola, e sobre alguns políticos, se valendo da proibição da venda de gêneros de primeira necessidade nos armazéns de suas propriedades aos colonos que estivessem participando na greve, o que era um fator de peso já que logo os colonos se viram ilhados. Como saldo, a greve teve a dispensa de inúmeras famílias, expulsas das fazendas, muitas pediram ao cônsul para serem repatriadas, resultando na repatriação gratuita de 137 pessoas, medida que levou o Cônsul – Geral a ser alvo de críticas de estar envolvido no movimento grevista. Assim, o grupo dominante mostrou sua disposição de reprimir totalmente qualquer tipo de manifestação dos trabalhadores (MATTIOLI, 2007, p. 42).

Em 1915 a aliança entre os dois coronéis era clara. Francisco Glicério concorria como senador. Por ser mentor político e amigo de Quinzinho sentia-se obrigado a ajudar o amigo nas eleições, Schmidt firmou também seu apoio e nesse momento os dois estavam então do mesmo lado:

As últimas obstruções que ainda separavam os dois influentes chefes políticos [...] foram finalmente removidas. A 22 de janeiro, em reconciliação pública, na qual os dois homens concordam em colaborar um com o outro e com a situação estadual na direção das políticas municipais. Com o “convite” de Schmidt e Quinzinho, o Município – ou pelo menos 1.600 eleitores- participou na eleição que ocorreu uma semana depois (MATTIOLI, 2007, p.68).

Essa aliança política entre antigos duelistas dava um tom de dourada tranquilidade política à cidade de Ribeirão Preto. Eles iriam passar a assinar juntos os boletins oficiais do partido e iriam apoiar juntos as candidaturas para os cargos municipais, levando João Pedro da Veiga Miranda novamente ao cargo de deputado, por exemplo.

2.1 - A Primeira Guerra Mundial e a derrota do coronel alemão.

No entanto, a paz em que Ribeirão Preto se encontrava logo terminaria motivada pelo o que ocorria com o resto do mundo. Em 28 de Junho de 1914, quando o arquiduque Francisco Ferdinando se encontrava em Sarajevo, foi alvejado pelo jovem Gavrilo Princip, dando início ao conflito conhecido como Primeira Guerra Mundial. Os tiros de Princip iriam ecoar na cidade do interior.

Oficialmente o Brasil só declarou guerra à Alemanha em outubro de 1917, mas a antipatia aos alemães começou cedo por todo o país. Não seria diferente em Ribeirão Preto. O coronel Francis-

co Schmidt, apesar de ser naturalizado brasileiro, foi visto como um alemão. Seu sobrenome e suas relações comerciais com o exterior são alguns dos motivos para isso. O fracasso dos alemães na guerra também seria o fracasso do coronel alemão em Ribeirão Preto.

Em março de 1917, Renato Jardim começou a organizar um exercito voluntario local, o “Tiro Brasileiro de Ribeirão Preto”. Pouco depois, em abril um navio brasileiro foi afundado por torpedos alemães, o jornal “A Cidade” publica em primeira página um chamado “Às Armas” (WALKER, 2000).

Os governos municipais iam todos manifestando seu apoio e lealdade ao presidente, caso fosse necessário tomar uma atitude mais agressiva, os vereadores de Ribeirão Preto estavam desejosos de fazer o mesmo, no entanto nesse momento o presidente da Câmara era o próprio Schmidt. A situação era vista como complicada, mas para a surpresa geral, quando questionado sobre a moção, ele respondeu:

Olha, nesse momento, eu estava para dizer aos méis filhos que eles são brasileiros e que devem defender o seu país. Quanto a mim – se não sou brasileiro, o que eu sou? Redijam a moção de forma que não me seja prejudicial assiná-la (JARDIM, p. 213)

A moção foi aceita, e no momento da assinatura, Schmidt, emocionado, reiterou o fato de ser brasileiro e fez o pedido de ser o primeiro a assinar o documento, que depois foi retificado pelo restante dos vereadores (WALKER, 2000).

O questionamento da lealdade de Francisco Schmidt, hoje em dia, pode parecer absurdo, mas se explica facilmente pelos ânimos inflamados pelo clima de guerra, sentimentos de nacionalismo exacerbado e paranóias foram conhecidos por todo o mundo.

Uma edição de novembro de 1917 do jornal “O Diário da Manhã” informava a existência de “um espião” em Ribeirão Preto. O chefe de polícia então realizou uma busca na residência

do fotografo, Ernesto Kuhn, que foi preso por suspeita de espionagem. Atos mais dramáticos também são conhecidos, como o caso do relojoeiro Francisco Müller, que teve sua loja saqueada em um motim popular (WALKER, 2000).

Assim, em clima de histeria contra tudo o que era germânico, o “Rei do café” foi perdendo sua força. Deveria cumprir seu mandato como vereador até 1919 e no entanto se supõe que a ultima sessão em que compareceu foi em dezembro de 1917, depois de não ter sido confirmado como presidente da câmara para os próximos anos de seu mandato. Sua aliança com Quinzinho ainda iria durar um pouco mais, porém logo seu poder enfraqueceria (JARDIM, R).

Mas o coronel alemão não iria desistir. Por intermédio de seu filho Guilherme, organizou em 1919, uma nova ala que lançou um comunicado intimando o coronel Quinzinho a “organizar uma boa chapa para as próximas eleições municipais”, mas ocorreu que Quinzinho estava de férias em outra região e não publicou lista alguma, então o grupo de Schmidt, apresentou uma lista própria.

Em resposta o grupo dos Junqueiras publicou no jornal “A Cidade”, uma nota condenando essa atitude e “a insolência com que impenitente germanofilismo tenta se apoderar dos cargos públicos”. Dois dias antes da eleição Quinzinho manda publicar a lista oficial e tem a maioria de votos, no entanto foram apresentados apenas oito nomes para a Câmara, duas cadeiras puderam assim ser ocupadas pela oposição, ao que parece uma tentativa de Quinzinho demonstrar uma intenção de paz com Schmidt (WALKER, 2000).

As eleições para o senado seriam o motivo para o rompimento das alianças entre os dois coronéis. A situação estadual, juntamente com Schmidt, apoiou a candidatura do Cônego Valois de Castro e Luiz Pereira Barreto. Contando com o apoio de Quinzinho, a perda de poder do alemão era clara, apesar da eleição do Cônego pelo resto do estado, em Ribeirão a votação dava 795 votos a Luiz Pereira Barreto contra apenas 20 de Valois de

Castro. Ao que tudo indica ocorreu uma aglutinação da elite local entorno da figura do coronel Junqueira.

Em 1920, na eleição para governador do estado, a campanha de Washington Luis, que era grande amigo de Quinzinho, Schmidt apoiou o outro lado e fez campanha por Álvaro de Castro. A máquina política dos Junqueiras fez muita pressão para que a Junta de Recursos desqualificasse os 437 votos obtidos nas terras da Cia. Agrícola Francisco Schmidt sob uma alegação de fraude. Invalidados esses votos, a eleição acabou favorecendo a permanência do poder político local nas mãos de Quinzinho.

Esse episódio somou-se as demais tragédias pelas quais o coronel alemão enfrentava na época. Sua esposa Albertina Khol, com quem se casara ainda na época de colono em Descalvado, faleceu em 1917. Seu principal parceiro comercial, a empresa inglesa Theodor Wille cancelou o crédito de sua companhia agrícola durante os anos da guerra. Uma pesada geada dizimou parte dos cafezais de suas fazendas e a demanda mundial por café havia diminuído muito. O coronel mudou-se para São Paulo.

Somente depois de muito batalhar ele voltaria a fazer crescer seu patrimônio, sendo capaz de não só se recuperar, mas fazer valorizar seus negócios diversificando suas atividades com a abertura do Engenho Central de açúcar. Mas esses problemas, juntamente com a idade, não permitiram seu retorno à cidade de Ribeirão Preto. “O coronel faleceu em maio de 1924. Partia assim mais um “rei do café” (GODOY, 2000).

Após a morte de Schmidt, Quinzinho assumiu o controle absoluto da política local. Com o falecimento de Luiz Pereira Barreto, Fábio Barreto assumiria a liderança política, retornando à Câmara no mesmo ano e assumindo a presidência dessa casa.

Fábio Barreto havia composto a oposição á ala Junqueira no passado, mas agora ele se associou a Quinzinho da Cunha. Foi o responsável por parte da manutenção do poder político do grupo perrepista em Ribeirão Preto, de 1924 até o final do Estado Novo.

Barreto foi também advogado pessoal de Quinzinho, atuando, em 1922, no famoso “Crime de Cravinhos”⁶ em que a cunhada de Quinzinho, a “rainha do café” Iria Alves Junqueira foi acusada de um assassinato cruel. Em sua defesa, Quinzinho mobilizou todo o poder dos Junqueiras. Usou seu jornal e atuou junto ao PRP com o objetivo de favorecer o julgamento da acusada com a substituição de juízes e promotores, além de logicamente, lançar mão de bons advogados como o próprio Fábio Barreto, que após inocentar Iria Alves ganharia as boas graças do coronel.

2.2 A revolta tenentista e o perdão do coronel Junqueira

A revolta militar, comandada pelo general Isidoro Dias na cidade de São Paulo, em 1924, foi sentida pelos cidadãos de Ribeirão Preto. O caos causado pelos revoltosos, que ocuparam a capital paulista durante vinte dias, chegando a bombardear o Palácio dos Campos Elíseos, cede do governo do estado na época, se alastrou para várias cidades do interior do estado de São Paulo, onde existiam militares e civis que simpatizavam com os anseios das tropas revoltosas. Entretanto foi prevenido pela atitude do governo municipal de organizar uma milícia para auxiliar as forças policiais que eram mínimas, mas muito leais ao governo federal, a manterem a ordem, sem muitos conflitos, apesar de haverem simpatizantes da revolta na cidade, como os diretores do jornal “A Tarde”.

O tenentismo é o aspecto ideológico da revolta de uma nova geração: desde a questão militar do Império, o exército se bate contra a ordem política civil. Esta luta sofre altos e

6 - Para mais informações sobre o crime de Cravinhos e Iria Alves veja; MELLO, Rafael Cardoso de. Um “coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)– Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 2009.

baixos, divide as forças armadas entre “políticos” e profissionais, leva-os ao poder duas vezes – logo no início da República e em 1910- é declarada ou latente. O jacobinismo florissantista, as revoltas de 1895, 1897, 1904, 1910, 1914, 1915 e de 1919 em diante, somadas a outros movimentos menores são sinais de uma problemática contínua. As questões levantadas são variadas; mas uma é permanente, a crítica aos civis, à sua inépcia e incapacidade. Porém, todas as vezes que eles sobem ao poder é para repetir os erros criticados e acabar entregando o poder a estes mesmos civis a quem eles criticam. O manifesto citado é um dos três da época da revolução de 1924 em São Paulo: é de 10 de Julho de 1924 (CARONE, 1972, p. 345).

Entre as principais reivindicações dos tenentes havia a reivindicação do voto secreto, a fim de extinguir o voto de cabresto e acabar assim com o poder dos coronéis e modalizar a política no país. Quando os conflitos chegam ao fim e a revolta é derrotada, um grupo de ex-revolucionários refugiou-se na cidade. O governo federal, caçando os revoltados, manda um representante até o município. Ocorre uma reunião na residência do coronel Quinzinho. Em busca de uma lista de adversários e indesejáveis para serem punidos, o chefe de polícia apresenta ao coronel a lista com o nome de todos a serem punidos. Segundo relatos depois de analisar demoradamente a lista, o Joaquim da Cunha Diniz Junqueira a queimou, para espanto de todos, e respondeu: “Eu não tenho inimigos” (jornal A cidade, 19 jun. 1956, p. 22)

Este ato, considerado “nobre” seria lembrado ainda por muitos anos, tanto pelos seus amigos, quanto por seus adversários. Seu caráter pouco vingativo era também inspirado por uma atitude inteligente de reconhecer os limites de seu poder e as vantagens de construir essa imagem de homem de caráter magnânimo, que como um pai é capaz de perdoar:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência, constantemente

te ameaçada. O poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificativa racional.

Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial (BALANDIER, 1997, p. 07).

O mundo seguia mudando e essas mudanças refletiam na maneira que se conduzia Ribeirão Preto. O perfil dos candidatos havia mudado nas últimas eleições, ao invés de fazendeiros e grandes proprietários de terras a presença majoritária seria de magistrados e médicos na composição das chapas. Isto é sintomático da formação de um grupo político urbano e da participação das classes médias nos processos eleitorais e partidários. Entretanto, a mudança se processava sob as hostes da tradição, com Quinzinho da Cunha no controle.

Também é interessante notar que João Rodrigues Guião, que no ano seguinte fundaria o Partido Democrático, aparece como membro da direção local do PRP, submetido, portanto, ao mando do coronel Junqueira, o que expõe o fato de sua amizade com o coronel conferir legitimidade o suficiente para manter-lo nos altos escalões do poder municipal, chegando ao cargo de prefeito em 1920 até 1926, e sendo indicado por Quinzinho novamente em 1929, seria destituído com a Revolução de 30. Apesar de ser oposição ao PRP no estado e no município mantinha-se coligado ao Junqueira, o que permitia seu acesso a cargos de confiança na política local. Um caso típico onde as contradições das relações públicas se resolvem no âmbito privado (GODOY, 2000).

Passada a revolução tenentista, quando tudo parecia ter “voltado aos trilhos” , outro embate importante ocorreu. A Comissão Diretiva do PRP em nível estadual, quebrando a tradição de décadas, indicou os candidatos a deputado estadual diretamente, sem antes consultar os diretórios regionais. A reação do ofendido coronel foi intensa, demonstrando sua verdadeira face combativa

aos inimigos, quando esses o desrespeitavam.

Quinzinho renunciou a seu cargo de chefe do diretório e mandou uma inflamada mensagem a Comissão:

o direito de indicar candidatos a Câmara dos deputados é uma prerrogativa incontestável dos diretórios [...]. A violação dessa prerrogativa constitui golpe decisivo contra a autoridade política e moral dos diretórios. O prestígio de Quinzinho era tão grande que essa notícia veiculada pelos jornais de São Paulo como "explodiu como uma bomba [...] nos círculos políticos [...]. Outros diretórios locais de municípios de todo o estado renunciaram em solidariedade a posição tomada pelo chefe de Ribeirão Preto (WALKER, 2000).

Com a oposição de Quinzinho à eleição, mesmo com os locais de votação abertos e funcionando normalmente, apenas 25 pessoas votaram, contrariando a vontade do coronel Junqueira.

Joaquim da Cunha só voltaria à sua posição dentro do diretório local quando em 1927, a Comissão Diretiva do Estado decidiu que iria endossar a candidatura de Fábio de Sá Barreto, seu homem de confiança e afilhado político, para a cadeira de deputado da Câmara Federal, fazendo assim valer sua vontade dentro do partido e garantindo que sua influência voltaria a favorecer os planos da Comissão.

No período em que esteve fora do cargo de chefe do Diretório local o coronel Junqueira viu nascer outras forças políticas dentro da sua cidade. Com um número imenso de imigrantes, principalmente italianos, Ribeirão Preto era influenciado por ideologias trazidas da Europa. Vimos como grupos ligados ao anarquismo iriam organizar movimentos importantes dentro da cidade, como as greves de 1912 e 1913 e também pelos acontecimentos políticos do resto do país. A criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 e as várias organizações sindicais que tiveram uma atuação expressiva, principalmente em São Paulo, como a greve de 1917 demonstra, influenciaram a criação da União Geral dos Trabalhadores. Em Ribeirão Preto, em 1925,

esse era o principal sindicato ligado às ideias, no princípio anarquistas e depois socialistas, que organizariam os primórdios do PCB em Ribeirão Preto.⁷

Mas a esquerda não era a única a tentar fincar raízes na cidade. Em 1926, um grupo de italianos, descendentes e simpatizantes organizou o Partido Fascista, que obteve alguma adesão, já que publicavam artigos sobre as ideias de Mussolini no jornal *A Tarde*, alguns anos mais tarde, já na década de trinta, com Vargas no poder, esse grupo se transformaria e agregando um número grande de novos simpatizantes, não mais apenas italianos, mas a maioria de sobrenome português, iria se tornar o Partido Integralista, que teve muita influência nessa década na cidade, chegando a lotar o Teatro Pedro II, símbolo da cidade de Ribeirão Preto, em seus encontros e palestras.⁸

No entanto o partido de oposição mais importante na época era o Partido Democrático, que também surgiu em 1926. Em Ribeirão Preto a inauguração contou com grande pompa e circunstância. Houve desfile, banda, 21 saraivada de tiros de morteiro, elegantes discursos proferidos pelos membros locais e por membros da Comissão Diretiva do Partido Democrático Estadual. O PD foi o único partido a trazer ameaças reais aos mandos políticos na cidade, pois sua proposta atraía jovens inteligentes, idealistas, que gostavam de trabalhar por uma política mais justa. Suas ações demonstravam a busca por um sistema mais representativo. Houve eleições abertas para a escolha de seus dirigentes, utilizando o voto secreto e campanhas extensivas para angariar afiliados, modos muito diferentes das tradições do PRP.

7 - Mais informações sobre os movimentos anarquistas e comunistas, as atuações nas greves e criação da UGT, veja MATTIOLI, Alexandre Ferreira. Os desprezíveis: anarquistas em Ribeirão Preto; ROSA, L. R. O. . Comunistas em Ribeirão Preto: uma experiência com História Oral. Estudos de História, Franca, v. 3, n. 1, p. 79-91, 1996.

8 - Mais informações sobre o movimento integralista em: SANTOS, Eduardo Consolo dos. Movimento Integralista em Ribeirão Preto.

Apesar de trazer um novo vigor para as disputas políticas, o PD não foi um sucesso, e apesar de se sair melhor nas eleições estaduais e federais, não foi capaz de eleger um candidato à Câmara de Ribeirão Preto nas suas primeiras eleições em 1928. Seu maior mérito foi conseguir extrair um tom mais humilde e democrático dos boletins do Diretório Municipal, que se viu obrigado a realizar um esforço maior, com carretas e medidas mais abrangentes para conseguir seus eleitores (WALKER, 2000).

Todas essas novas forças políticas, tanto em âmbito local, quanto em âmbito nacional, demonstram que o sistema político da República Velha, com sua política conhecida como café-com-leite, dava claros sinais de desgaste em uma sociedade cada vez mais urbana, que se movia ao ritmo do crescimento de outras atividades ligadas à indústria e ao comércio, conforme a sociedade ganhava novos contornos. Sobre os antigos chefes pairava uma sombra de anacronismo e fraqueza.

2.3 A crise da economia cafeeira

Desde o início, no campo da economia, o café dava sinais de que seu mercado era próspero, mas como todo mercado sujeito a grandes oscilações como as periódicas quedas de preços que iriam fazer os termos “valorização” e “defesa” aparecerem cada vez mais nas conversas da elite. Surgiram as políticas de proteção aos cafeicultores, como as adotadas no Convênio de Taubaté, ainda em 1906, onde os próprios cafeicultores realizavam interferências para manter o preço do produto em alta.

Depois em 1924, com a participação do Estado, com a política de socialização das perdas, que forçava a subida artificial dos preços no mercado internacional, através das compras de parte da produção, essa prática seria comum e momentos depois seriam vitais para manter as fortunas do café, assim como as políticas cambiais que desvalorizavam a moeda brasileira, tentando garantir uma balança comercial favorável e atraente as

exportações. Celso Furtado salienta que neste período,

O primeiro esquema de valorização teve de ser posto em prática pelos estados cafeicultores - liderados por São Paulo- sem o apoio do governo federal. Diante da relutância deste último, os governos estaduais - aos qual a descentralização republicana concedera o poder constitucional exclusivo de criar impostos às exportações - apelaram diretamente para o crédito internacional e puseram em marcha o projeto. Essa decisão lhes valeu a vitória sobre os grupos opositores. O governo federal teve finalmente que chamar a si a responsabilidade maior na execução da tarefa. O êxito financeiro da experiência veio consolidar a vitória dos recalcitrantes que reforçaram o seu poder e por mais um quarto de século – isto é, até 1930 - lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica.

O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores fora bem concebido. Sem embargo, deixava em aberto um lado do problema. Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta e criava um problema maior para o futuro. Esse perigo foi perfeitamente percebido na época. Entretanto, não era fácil contorná-lo. A solução, aparentemente, estaria em evitar que a capacidade produtiva continuasse crescendo, ou que crescesse mais intensamente como efeito da estabilidade dos preços num nível elevado. As medidas tomadas nesse sentido foram, porém, infrutíferas. Teria sido necessário que se oferecessem ao empresário outras oportunidades, igualmente lucrativas, de aplicação dos recursos que estavam afluindo continuamente a suas mãos sob a forma de lucros. Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação

privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar (FURTADO, 1977, p142).

Assim, motivados pela ideia de que o controle do governo garantiria a prosperidade dos negócios do café, a elite de cafeicultores paulistas deu menos atenção do que deveria aos sinais da crise de mercado que se aproximava e ao invés de diversificar os investimentos em outros setores continuaram com a expansão dos cafezais.

Quando ocorreu a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, a crise do café já era inevitável, mas a crise mundial impediu os financiamentos internacionais, o que levou o sistema já bastante frágil e desgastado a ruir por completo:

A safra projetada para 13,7 milhões de sacas chega a mais de 21 milhões e a exportação diminuiu, cada vez mais em vista das dificuldades econômicas dos principais mercados consumidores.

A crise nos EUA começou a 19/10/29 com a dificuldade de se levantar meros US\$ 100.000 em fundos do governo americano. A crise arrastou milhões de pessoas na chamada matança dos inocentes (a famosa quinta feira negra de 24/10/29), onde pessoas ingênuas perderam tudo o que possuíam já que, em poucas horas, 12.894.650 ações trocaram de dono provocando uma das quedas de Bolsa de Valores mais drásticas da história e provocando a miséria de milhares de famílias nos EUA.

Em Outubro de 1929 o governo federal brasileiro pretendia emprestar US\$ 50 milhões para permitir que o Instituto do Café ajudasse os fazendeiros, só que o governo americano recusou o empréstimo, pois não havia mais dinheiro disponível nos EUA para empréstimo externo e a crise de Wall Street alastrou-se para o mundo.

Um empréstimo de emergência de US\$ 10 milhões da Schroeder and Company foi feito para alavancar o banco do Estado

de São Paulo tendo como único motivo a necessidade de financiar o Instituto do Café de São Paulo e tentar evitar a quebra geral dos fazendeiros paulistas.

A queda das exportações do café diminuiu as importações de outros produtos e os negócios encolhem e provocam o fechamento de empresas. O comércio e a indústria diminuem o movimento com a recessão e como não havia dinheiro na praça as fabricas quebram gerando um enorme desemprego. O achatamento dos negócios provoca a ruína, a desonra e a desgraça das famílias, outrora abastadas, e muitos fazendeiros se suicidam ao se verem na miséria, alguns em desespero chegam a recorrer ao jogo para tentar salvar o patrimônio do naufrágio final.

A derrocada financeira que devasta os EUA, Europa e América Latina piora todo dia gerando o desemprego e a miséria e preparando o cenário para a 2ª guerra mundial (MEIRELES, 2005, p19).

A eleição de Júlio Prestes passa a ser vista como uma questão de vida ou morte para os fazendeiros de São Paulo. Na visão do grupo que ocupava o poder, o estado não poderia dar-se ao luxo, durante tamanha crise, de perder um cargo de tal importância para um não-paulista, que não teria simpatia à causa dos cafeicultores.

Ribeirão Preto fez sua parte e em 29 de agosto de 1929, a Câmara de vereadores aprovou, com unanimidade, a candidatura de Júlio Prestes. A situação local obteve mais de 80% dos votos para Prestes.

Por todo o estado de São Paulo, talvez motivados por um desespero, as eleições de 1930, foram marcadas por violência, fraudes e subornos, até mesmo o secretário do interior do estado, o ribeirão-pretano Fábio de Sá Barreto, confessou ter desviado dinheiro publico para a campanha de Júlio Prestes. Sobre esse assunto ele alegou que era uma situação extraordinária e que [...] todos em São Paulo estavam convencidos de que a fortuna do Estado, seu prestígio na federação, seus grandes interesses econômicos, tudo estava estritamente relacionado ao sucesso da

campanha presidencial (WALKER, 2000, p. 74).

No entanto a formação da Aliança Liberal, formada pelo grupo do gaúcho Getúlio Vargas e que contava com o apoio dos mineiros, encabeçados por Juiz de Fora, que estavam ressentidos pela quebra do acordo da política do café com leite e também com o apoio do Partido Democrata de São Paulo, ameaçava o poder do poderoso PRP, mesmo contando com o apoio de dezessete estados da federação. Ainda em 1929 é marcante a preocupação dos paulistas com o embate que sabiam que iriam enfrentar, como é notório na fala do senador estadual de São Paulo, Cândido Nanzianzeno Nogueira da Mota e anunciado na tribuna do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo em 24 de setembro de 1929:

A guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o sr. Júlio Prestes, É contra nosso Estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas de cavalo! (CARONE, 1972, p57).

A vitória de Júlio Prestes nas eleições foi contestada pela Aliança Liberal, sob pesadas acusações de corrupção e fraude. Não houve reconhecimento dos candidatos eleitos pela Aliança Liberal, o que os impediu de assumir.

Somados a esses fatos, em julho de 1930 ocorreu o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidência e cujos assassinos foram mortos dentro das celas pouco tempo depois, reforçando a ideia de conspiração juntamente com o clima de descontentamento popular, provocado pela crise econômica, levam a organização de um grupo armado formado por vários partidários da Aliança Liberal, chefiados por Getúlio Vargas.

Mesmo com várias tentativas de negociar a saída do PRP do poder, Vargas não obteve nenhum resultado dos seus encontros

com Washington Luís e a revolução armada ocorreu. Apesar da resistência das tropas federais, Vargas conseguiu tomar o poder em pouco tempo depois do início dos combates. A federação, confiante em uma divisão interna entre os grupos que apoiavam a revolução, principalmente entre os mineiros, assim não se preveniu corretamente da força dos revolucionários.

Às 3 horas da tarde de 3 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha, derrubando todas as oligarquias estaduais exceto a mineira e a gaúcha (FAUSTO, 1972).

Na mesma hora, no centro do Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio passou a governar por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram, na maioria, tenentes que participaram da Revolução de 1930. Com a instalação do governo de Vargas toda a política desenvolvida na Primeira República iria mudar. Com o golpe a Primeira República chegaria ao fim (FAUSTO, 1972).

Por volta dessa época, Quinzinho já se encontrava doente. Ocorreram várias viagens, primeiro a São Paulo, em busca de tratamento, depois como não obteve um diagnóstico favorável, viajou para o Rio de Janeiro e para Águas de Lindóia, que por ser uma instância turística conhecida pelas suas fontes de águas vulcânicas, com supostas propriedades curativas, foi o destino de muitas das viagens do coronel ao longo dos últimos anos de sua vida (CIONE, 1999).

Não se sabe com certeza que tipo de doença o coronel Quinzinho possuía. De acordo com as descrições em sua certidão de óbito, concluímos pelos indícios médicos registrados que fosse um tipo de câncer. O que se sabe é que ao longo de mais de uma década ele sofreu com tipo de escara que foi lhe marcando a face, em fins de vida seu rosto se encontrava bastante castigado

(AHESP- Fundo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. caixa 140).

[...] espero que já que recuperou o animo volte em breve para casa, aqui há muitos assuntos que pedem sua atenção pessoal. Com as feridas do rosto bem curadas como estão, poderia considerar receber a delegação que chega em sua casa.(BARRETO, F. Carta. Ribeirão Preto, 02.06.1926. Carta ao Cel. Quinzinho com estimas de melhoras).

Assim como encontramos em suas cartas indícios de uma dificuldade para respirar e se alimentar, o coronel se encontrava quase sempre fatigado, mas por ter uma vontade forte não se deu por vencido e não abandonou seu posto de chefe da política de Ribeirão Preto tão facilmente (AHESP- Fundo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. caixa 141).

O que ocorre é que por manter esse estado que denotava cuidados e ter a face marcada por sua moléstia, o coronel acostumado a ser visto com admiração vai se recolher cada vez mais em sua fazenda. Vendeu sua residência no centro da cidade e não mais atendeu visitas sem agendamento prévio, apenas a família e os amigos mais próximos eram bem vindos.

Como nunca foi homem de demonstrações públicas são raros os registros fotográficos de suas aparições e depois de se encontrar doente esses registros se tornaram praticamente impossíveis de se achar. O homem mais poderoso de Ribeirão Preto não gostava de mostrar seu rosto à população que comandava.

Ele se afastou do seu cargo dentro do diretório local e regional do PRP em março de 1930, no entanto a situação de caos em que a cidade se encontrava às vésperas da revolução não permitiu que o velho coronel tivesse paz. As batalhas pela sua sucessão levaram a uma grande desarticulação e pouco antes da revolução estourar em outubro de 1930, Quinzinho reassumiu seu lugar de chefe. Mesmo sem sair de sua fazenda mantinha-se atualizado, recebendo notícias diariamente.

Com o êxito da revolução os adeptos do PD ocuparam os

postos de direção da política local e decretou-se o governo provisório. Vargas nomeou os líderes tenentistas para os postos de interventores dos estados, deixando os membros do alto escalão do PD desapontados.

Em dezembro de 1930, os interventores chegaram a Ribeirão Preto. Foram muitos conflitos com a maioria dos interventores nomeados que renunciaram ao cargo depois das fortes pressões das elites da cidade, demonstrando que mesmo após a centralização promovida por Vargas, a tradicional força dos chefes não deixara de existir por completo.

Um exemplo de que Quinzinho manteve seu status político mesmo depois do golpe pode ser notado em 8 de fevereiro de 1931, quando o então interventor estadual, o coronel João Alberto, a autoridade máxima dentro do Estado de São Paulo em visita oficial à cidade, foi visitar o adoentado Joaquim da Cunha, conforme o relato do jornal “A cidade”:

[...] que diferença de atitudes- simpática a atitude do coronel João Alberto ao visitar em sua residência o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que se acha enfermo [...]. Conhecem todos as ligações do cel. Joaquim da Cunha aos homens do regime passado. Ligações políticas de longa data, ligações de amizade e ligações de parentesco que o ilustre interventor de São Paulo também não desconhece. Apesar disso, foi o único homem que o coronel João Alberto visitou. Reconheceu nele, certamente, as elevadas qualidades morais do velho e acatado chefe político que por longos anos, a contento geral, dirigiu os destinos não só desta cidade, mas da zona inteira, sem que pudesse acusá-lo de uma violência, de uma arbitrariedade, de uma perseguição. Política de paz e amor, foi o que o venerando ancião sempre desenvolveu [...]. (A Cidade, 100 anos; contando a história. Op cit. p.43)

Ainda nesse ano outros políticos de grande importância visitam a residência de Quinzinho, em busca de solucionar a situação, importantes membros do PD, que estavam ligados as forças revolucionárias que ajudaram a derrubar a chefia do PRP,

vinham a sua residência buscando maneiras de resolver a situação complicada que a cidade vivia, como no caso do cel. Quim Cezar e outros chefes de gabinete do PD. (A Cidade, 100 anos; contando a história. Op cit. p.45)

Com a formação da Frente Única Paulista (FUP), em 1932, todas as facções políticas de Ribeirão Preto se uniram em favor da votação de uma nova Constituição para o país. O movimento foi coordenado por Quinzinho da Cunha. Além da questão propriamente política, os cafeicultores criticavam as arbitrariedades de Getúlio na direção do Instituto Nacional do Café, discordando da política implantada no início do governo provisório (GODOY, 2000).

Ribeirão Preto vê a Revolução Constitucionalista de 1932 com grande entusiasmo, recrutando voluntários, organizados combateram nas frentes de batalha de São João do Rio Pardo, Mococa e Limeira. O clã Junqueira esteve a frente do esforço de guerra com a elite local.

No dia 2 de fevereiro, “A Cidade” publica, na primeira página, um telegrama enviado pelo coronel Joaquim da Cunha ao ex-presidente do Estado Altino Arantes, membro do Diretório Estadual do PRP. O mesmo telegrama havia sido publicado no dia anterior no jornal “O Estado de São Paulo”:

Embora afastado da atividade política pelo meu estado de saúde, congratulo-me com todos os meus amigos pelo brilhante manifesto do Partido Republicano Paulista. Sinto-me feliz por verificar que as fileiras do glorioso partido sob cuja bandeira militei por toda minha vida se apresentam coesas nesse momento, na defesa da restauração constitucional e da autonomia de S.Paulo. (A Cidade, 100 anos; contando a história. Op cit. p.49)

Somas de dinheiro são arrecadadas, empresas doam alimentos, cigarros, tecidos para as fardas, os cidadãos comuns também contribuem como podem, muitos doam suas armas e munições para ajudar a armar os combatentes, boa parte da

organização dessas iniciativas são organizadas pelos partidários de Quinzinho como Jorge Lobato, mas todos na cidade ajudaram como puderam até mesmo a esposa do coronel e as outras mulheres Junqueira fizeram sua parte ajudando a costurar uniformes nas oficinas da “Casa do Soldado”(A Cidade, 100 anos; contando a história.Op cit. p.49)

As milícias de Ribeirão Preto entram em confronto, vidas são perdidas, atos de heroísmo são realizados, mas no final as tropas revolucionárias seriam vencidas pelas forças federais. Os paulistas lutaram o quanto foi possível, sem apoio, sem estrutura, se sentiam traídos pelos outros estados.

Quinzinho não viveria para ver a derrota de seu estado, a ocupação de sua cidade e o fim do poder de seu partido pois ele faleceu em 14 de setembro, de 1932, durante a fase das batalhas. Mas o coronel não morreu comandando, faleceu em sua cama, depois de muito sofrer.

Seu falecimento estampava a primeira página do jornal “A Cidade” na manhã do dia 15:

Após prolongados padecimentos, finou-se ontem, em sua residência nesta cidade, as 18,40 horas, o venerando cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

O extinto foi grande amigo de Ribeirão Preto, um homem de peregrinas virtudes, conquistando, por isso, a estima e a consideração de todo o povo de nosso grande município, onde se fez sentir a sua atuação de político de larga visão, tolerante e bondoso.

Durante trinta e poucos anos em que esteve na direção política local, cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, soube cercar-se sempre de elementos de incontestável valor, promovendo, assim, a grandeza moral e material desta abençoada terra.

Adversário do governo em mais de uma luta política, o extinto manteve uma linha de proceder notável e invulgar que tornava admirado por seus próprios competidores.

O cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira nunca permitiu

que, a sombra do seu partido ou de seu nome, se praticasse perseguições ou vinganças. Amigo do governo recusou, mais de uma vez, posições de destaque, preferindo ficar ao lado do povo de sua terra na posição de simples chefe político do município.

Afastado ultimamente das agitações políticas, continuou a desfrutar o mesmo prestígio antigo.

A morte vem, agora, colher esse cidadão de raras virtudes cívicas, que foi, também, chefe de família exemplar. O passamento do cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira foi enorme e geralmente sentido.

O coronel Joaquim da Cunha nasceu nesta cidade, aos 16 de maio de 1860, falecendo, pois, com a idade de 72 anos.

O extinto, que deixa viúva a exma. Sra. Maria Emerenciana Junqueira, era pai do Sr. Osório Junqueira, comissário em Santos, casado com d. Amélia Uchoa Junqueira; de d. Anna Lobato, casada com, o Sr. Dr. Jorge Lobato⁹; de d Gabriela Arantes, casada com Sr. Altino Arantes; do Sr. Francisco Diniz Junqueira, casado com a Sr. D. Antonieta Aguiar Junqueira; e da senhorita Augusta Junqueira.

Hoje, às 8 horas, realiza-se na residência Junqueira, rua General Osório, missa de corpo presente, saindo o féretro do mesmo prédio para a necrópole municipal, às 16:30 horas.

A família enlutada pede aos seus amigos que desejarem prestar homenagem ao morto, não fazê-lo por meio de coroas, e sim pelo álbum da Saudade, em benefício das nossas casas de caridade, conforme expresso desejo do cel. Joaquim da Cunha [...]

A cidade apresenta a família Junqueira as suas mais sinceras

Segundo o mesmo jornal noticiou no dia seguinte, uma multidão conduziu o caixão da sua casa até o cemitério da Saudade e o número de carros foi tão grande que “quando ataludê transpunha os umbrais da casa dos mortos parte dos veículos ainda se achava na região central”.

Assim faleceu o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o maior chefe político da história de Ribeirão Preto e Região. Talvez por coincidência, com ele morreu a Primeira República,

e os coronéis não seriam mais os incontestáveis donos do poder.
Era o fim de uma era na história do Brasil.

Capítulo III

A teia de poder do coronel

O mandonismo local de Quinzinho da Cunha também pode ser observado pelo controle do eleitorado e do aparato público. O coronel era responsável pelas decisões em nível municipal e também pelas indicações em nível estadual.

A influência do coronel na esfera pública era tamanha que sua teia de poder estendia-se em vários graus do poder. Sob sua teia estavam os vários prefeitos de Ribeirão Preto e região, vereadores, deputados estaduais (Manuel Aureliano Gusmão, João Pedro da Veiga Miranda e Francisco Junqueira); um secretário os Negócios do Interior do Estado (Fábio Barreto); um ministro do Tribunal de Contas Estadual (Joaquim Macedo Bittencourt); Presidentes de Estado (Rodrigues Alves, Altino Arantes, Washington Luís); três deputados federais (João Pedro da Veiga Miranda, Altino Arantes e Washington Luís); um ministro federal da Marinha (João Pedro da Veiga Miranda); e para finalizar, um Presidente da República (Washington Luís).

Seu prestígio político atestado no capítulo anterior, se comprova com as visitas constantes de políticos de grosso calibre como Wenceslau Brás e Eptácio Pessoa.

Considerado grande chefe político do período referente, esse coronel urde habilmente uma intrincada teia política que liga os diretórios municipais, a Comissão Central do Partido Republicano Paulista e os postos oficiais de governo.

O chefe político é o sustentáculo da estrutura de poder baseada nas relações pessoais. Nele convergem todos os fios da trama política e é dele a palavra final para qualquer deliberação. É o

herdeiro histórico e moderno do antigo patriarca rural dos tempos coloniais, primorosamente retratados por Gilberto Freire em *Casa-grande e Senzala*. Contudo, esses chefes do período republicano, entre eles Quinzinho da Cunha, têm como característica marcante a heterogeneidade e o hibridismo, diferentemente de seus ascendentes representados numa classe homogênea de proprietários rurais. Dessa forma, as categorias clânico-parentais tratadas em obras como a de Oliveira Vianna, Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz¹⁰ não servem mais para uma elite política híbrida composta por fazendeiros, comissários de café, novos ricos, imigrantes, arrivistas, militares e bacharéis.

Nesse ponto Ribeirão Preto é exemplar. Cel. Quinzinho da Cunha, integrante da tradicional família Junqueira, durante anos disputará com um imigrante alemão, o cel. Francisco Schmidt, o poder e o prestigioso epíteto de chefe nessa cidade.

Essa nova configuração da liderança política em São Paulo, se deve ao novo contexto histórico republicano, onde a modernização e a urbanização rompem, embora de forma incompleta, as características socioeconômicas tradicionais em que se assentava a propriedade rural escravista. O novo regime político e o advento das cidades fazem com que a política extrapole o âmbito local da propriedade rural ou do clã parental (VIANA, 1974), se organizando em uma base mais ampla, ou seja, no município, na região e no estado; surgindo, desta maneira, os “clãs eleitorais” encabeçados por Quinzinho e outros “chefes”.

Investigando Quinzinho percebemos uma característica marcante da nossa estrutura de poder que historicamente acompanhou todos os fenômenos políticos desde a Colônia: o personalismo.

Para Sennett, a legitimidade da autoridade pessoal provém de uma percepção de diferenças de forças, [...] essa diferença desperta medo e respeito (SENNETT, 2004, p. 206). Quinzinho era diferente de seus subalternos, não do ponto de vista econômi-

10 - Para as obras relacionadas aos autores, vide bibliografia.

co, pois até pessoas mais ricas o obedeciam. Quinzinho tinha privilégios que outros, inclusive seus pares, não tinham. Sérgio Buarque de Holanda (2000) já tinha constatado isso quando afirmara que em nossa cultura “toda a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios”. Entre esses privilégios, destaca-se seu poder de intervenção na esfera pública. Ancorados oficialmente no Partido Republicano Paulista, cel. Quinzinho e outros chefes dominavam a máquina pública e os postos oficiais do governo paulista através de uma vasta rede de relações pessoais. Em âmbito local o poder de Quinzinho era inquestionável.

Dirigente do 10º Distrito que congregava as cidades da região de Ribeirão Preto, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira deliberava sobre todas as decisões importantes e todo o aparato do partido e praticamente todos os funcionários públicos contentavam-se em obedecer às decisões do chefe (WALKER, 2000, p. 60). Funcionários públicos, chefes de polícia, juizes, deputados, todos deviam sua posição ao chefe político, era este último e não aqueles, que em última instância comandava a política pública (WALKER, 2000, p. 61).

Percebemos, então, outra característica advinda com esse personalismo que impregna historicamente nossa cultura política: a esfera privada assumindo as funções da esfera pública e vice-versa. Políticos e partidos, assim, nunca representaram, nem representam interesses coletivos, quer de classe. Seus objetivos políticos nunca transcendem os interesses particulares de seus próprios membros. Percebemos, assim, uma personalidade individualista dos chefes em um sistema político excludente. A individualização, característica da sociedade moderna, parece desintegrar a cidadania.

Porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público (BAUMAN, 2001, p.23)

Essa ausência da cidadania corrobora a tese de Sérgio Buarque

de Holanda de que a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido (HOLANDA, 2000, p. 160). No Partido Republicano Paulista, os “chefes políticos”, entre eles cel. Quinzinho disputava e controlava diretamente ou indiretamente o Diretório Central do partido. Dessa forma, os coronéis formavam parte indispensável da máquina do PRP. [...] A ligação entre os coronéis e a burocracia do partido era garantida por um chefe perrepista regional, um “supercoronel”, que fazia parte da comissão executiva ou era nela representado (LOVE, 1982, p. 179). Altino Arantes e Washington Luís são alguns exemplos da influência de Quinzinho no Diretório Central do PRP.

Ambos eram “gente” do coronel ribeirão-pretano. O primeiro era seu genro, sendo deputado federal, membro da Comissão Executiva do PRP e Presidente do Estado de São Paulo de 1916-1920. O segundo, um dos principais políticos do período, Washington Luís foi membro da Comissão Executiva do PRP, Presidente do Estado de São Paulo de 1920 a 1924 e Presidente da República de 1926 a 1930.

A relação de subordinação através de laços pessoais para com o “chefe” fica clara nas correspondências enviadas, por esses e outros políticos, ao coronel Junqueira. Missivas como a de Altino Arantes, até então advogado na pequena cidade de Bataiais, no ano de 1906, em que agradece o “chefe” pela “valiosíssima intervenção com que amparou e fez vingar a minha candidatura à deputação federal”¹¹ corrobora o poder de articulação política deste coronel.

Na mesma carta ficam explícitas as relações de dependência e as obrigações pessoais para com o “chefe”. Altino Arantes, depois de agradecer Quinzinho por ter feito vingar sua candidatura”, declara ser “sempre um dedicado amigo, sempre pronto a cumprir suas ordens”¹². Essa rede de compromissos que se estabe-

11 - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo: Acervo particular Joaquim da Cunha Diniz Junqueira; Grupo; Correspondências; Subgrupo: carta 17 (08/01/1906).

12 - Ibidem.

lecia entre o “chefe” e seus dependentes era a base da cultura política. Cel. Quinzinho distribuía cargos públicos e postos políticos em troca da fidelidade canina de seus agraciados. A autoridade de Quinzinho é, desse modo, uma autoridade do amor falso [...]. Ela opera como uma exibição de benevolência que só existe na medida em que convém aos interesses daquele que manda, e que exige a aquiescência passiva como o preço para que o sujeito seja cuidado (SENNETT, 1989, p. 176).

Além do Partido Republicano Paulista, Ribeirão Preto e o governo estadual, os tentáculos de sua atuação se estenderam até o Palácio do Catete. Decisões nacionais passavam pelo seu crivo graças a Washington Luís, seu maior representante na política. Em carta de 1927, Fábio de Sá Barreto, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, comunica ao Presidente da República, Washington Luís, as últimas notícias da política paulista, enfatizando que nenhum vínculo especial nos prende a qualquer dos grupos, em que se divide a política do Estado. Não receberemos orientação partidária, que não venha diretamente do bom amigo e chefe. (Id.caixa 174. Arquivo. SP. Altino Arantes. Correspondência pessoal.)

Esta carta evidencia os laços pessoais que os une ao “chefe” Quinzinho. Entretanto, a missiva esclarece outros aspectos importantíssimos para a compreensão do tipo de cultura política que estamos investigando. A carta demonstra a articulação do cel. Quinzinho entre os vários níveis de poder, pondo por terra o conceito clássico do coronel como apenas um chefe político local. O poder de Quinzinho, portanto, extrapola o local, tramitando habilmente entre o âmbito local, estadual e federal. E ele não era o único. Em São Paulo existiam coronéis e “Coronéis”, esses últimos envolviam sob sua influência os coronéis de menor porte, costurando alianças entre eles e políticos.

Quinzinho, em diversas ocasiões, além de controlar os coronéis do seu distrito, influía constantemente na política dos outros distritos, principalmente durante as eleições. Outro aspecto revelador da carta de Fábio Barreto é que Cel. Quinzinho era de uma ala bem definida dentro das correlações de força em que se estru-

turava a política paulista, independente do Partido Republicano Paulista, no qual várias vezes se desentenderam. Isso reforça a ideia de que em nossa cultura política os interesses privados sempre foram privilegiados em detrimento dos interesses públicos.

Dessas intrigas políticas é importante afirmar que eram apenas litígios entre chefes numa busca desenfreada pelo poder. Apesar de controlarem a política paulista, as relações entre eles não eram completamente harmoniosas.

Era principalmente na escolha dos candidatos que a teia política e a capacidade de articulação política dos chefes vinham à tona. Brigas e rixas pelo poder resultavam em alianças, onde antigos inimigos tornavam-se aliados dependendo do contexto da disputa.

As políticas públicas também eram permeadas pelo personalismo. Projetos de remodelação urbana, construções de estradas de ferro, rodovias, assim como a criação de comarcas e cidades necessitavam da anuência de um chefe político para se concretizarem. Não só isso, os recursos públicos para esses empreendimentos eram motivos de ferrenha disputa, e alocar recursos estaduais para uma determinada região em processo de urbanização era uma tarefa política árdua que dependia da boa relação do chefe com o PRP e o Estado, pois o governo estadual tinha também o poder de criar, eliminar e alterar o tamanho dos municípios.

A constituição de novos municípios tendeu a acompanhar mudanças no padrão demográfico, mas algumas vezes, tal poder foi usado para impedir a criação de novos municípios, num contexto em que a motivação política era dominante (LOVE, 1982).

Relações pessoais e políticas com um grande chefe eram indubitavelmente necessárias para qualquer tipo de política pública, principalmente as de grande porte, que necessitavam de vultosas quantias e recursos. Foi assim o caso da região de Ribeirão Preto, onde Cel. Quinzinho da Cunha, com todo seu poder e influência no governo estadual, promoveu um surto urbanizador.

No período de sua chefia houve a remodelação urbana de Ribeirão Preto, protagonizada, na década de 1910, pelo prefeito Joaquim Macedo Bittencourt¹³. Este prefeito, seguindo um projeto racional de organização do espaço urbano, promoveu melhoramentos, como a construção de avenidas, calçamento das ruas, distribuição racional de água e energia elétrica, construção do Palácio Rio Branco de 1917 (atual sede da Prefeitura), ajardinamento e embelezamento de praças públicas, atendendo, desse modo, às demandas modernizadoras da rica Capital do Café em transformação.

Na região de Ribeirão Preto sua intervenção também era imperativa para a criação e o desenvolvimento de vilas, cidades e comarcas. Um exemplo disso é Sertãozinho. Em 1906, correligionários, no intuito de criar uma comarca em Sertãozinho, “pedem com empenho” a ajuda de Quinzinho, desejando saber “como você pensa sobre isso e o que mais convém fazer”, demonstrando como a opinião do coronel selava essas manobras políticas.

19-8-1906

Quinzinho.

Saudações e boa viagem

Os nossos amigos de Sertãozinho pedem com empenho, a criação da comarca lá, tendo aqui vindo tratar disso o Cel. Aprígio e Padre Macario. Estou com os papéis para dar parecer na Câmara.

Desejo porem, saber como você pensa sobre isso e o que mais convém fazer.

Responda-me com urgência e desde já agradeço

Teu primo amigo.¹⁴

13 - PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a 'Belle Époque' em Ribeirão Preto (1911-1920). Franca, 2001. 360p. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

14 - JUNQUEIRA, Azevedo. Id Caixa 174. Carta. São Paulo, 19/08/1906. Carta endereçada a Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Fonte APHRP.

Azevedo. S.Paulo. 19 de agosto 1906.

Vemos assim que sua intervenção foi sentida até mesmo na criação dos municípios da região de Ribeirão Preto. O que pode ser verificado não só em Sertãozinho, mas também em Jardinópolis:

Exmo, Snr.Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira
Os portadores deste são os nossos amigos e correligionários, srs. Eduardo Vassimon e Floriano Peixoto Corrêa, os quaes comissionados por mim vão expor ao ilustre e distinto amigo o trabalho que o Diretório Político está executando para conseguir a criação da Comarca em Jardinópolis.
Aqui deixo consignado e os emissários confirmarão de viva voz, que para a realização desta idéia, o Diretório e o povo contam com a valiosa e indispensável proteção de V. Excia. Junto aos poderes do Estado e eu pessoalmente faço máximo empenho para se conseguir esse intento.¹⁵

As intervenções de Quinzinho da Cunha não se limitavam à região de Ribeirão Preto e se fazia sentir por todo o Estado de São Paulo através de seus tutelados políticos. No 3º Congresso Paulista de Estradas e Rodagens, em 1923, João Rodrigues Guião, prefeito de Ribeirão Preto, agradece o “ilustre chefe de governo”, Washington Luís, Presidente de São Paulo, sob cuja iniciativa as vias de comunicação se vêm desdobrando no solo paulista em numerosas fontes de produção, de riquezas novas, em ricas artérias de circulação econômicas.¹⁵

A apropriação do público pelos interesses privados foi praxe na nossa história e o jogo político dentro da máquina do estado promovia uma disputa acirrada pelos recursos públicos para dar prosseguimento no processo de urbanização e modernização do

15 - Id Caixa 174. Fonte APHRP

16 - Sessão de encerramento do 3º Congresso Paulista de Estradas e Rodagens. Correio Paulistano. São Paulo, 12 de novembro de 1923.

interior paulista.

Vimos, portanto, que a cultura política paulista assumiu um aspecto singular, devido o caráter da civilização material que surgiu em São Paulo com o advento da cultura cafeeira. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana, e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades (HOLANDA, 2000, 174). Cel. Quinzinho da Cunha e outros representantes desta elite são no fundo citadinos, por isso criam e remodelam as cidades do interior paulista no intuito de realizar seus anseios civilizadores. Por outro lado, apesar de todas essas transformações sócio-econômicas, uma cultura política baseada em laços pessoais ainda perdura desde os tempos de colônia. São essas relações pessoais que estruturaram a política da recém República.

O momento de troca do governo era o usado para “remontar” os quadros administrativos, para empossar correligionários, compadres, amigos e parentes nos diversos postos, exonerando membros da oposição.

Realizando uma análise das correspondências de Quinzinho, afirmamos que ele possuía o poder nos processos de nomeação de funcionários públicos. É curioso notar que, mesmo sem assumir qualquer mandato, cabia ao Junqueira indicar ou exonerar funcionários, demonstrando que seu poder tradicional mantinha os políticos como instrumentos da sua ação como coronel.

Como todo coronel da Primeira República o poder de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira era mais percebido pelo resultado que eles forçavam nas eleições locais e supra locais, seu maior papel era garantir a votação máxima dos candidatos indicados por ele ou por sua ala do partido:

[...] Era minha intenção ir fazer-lhe e ao nosso prezado amigo e chefe doutor Washington Luis uma visita: mas os trabalhos por aqui aumentaram muito, e, antes, eu preciso percorrer o districto no sentido de intensificar o alistamento eleitoral. Parece-me que os nossos amigos do interior darão uma bela demonstração de solidariedade e dedicação ao diretor Julio Prestes que com tanto patriotismo e segurança vem dirigindo

os destinos de nosso Estado.

Como vemos nesse fragmento de uma correspondência, parte das funções do chefe político era percorrer o seu distrito para intensificar o alistamento eleitoral para garantir os números favoráveis nas urnas.

Seu poder iria crescer com a indicação de Fábio Barreto a secretário de Negócios do Interior de Júlio Prestes, esse cargo possibilitou o controle sobre a nomeação da maioria dos funcionários públicos do estado.

Veremos que uma das estratégias do coronel Junqueira para construir sua teia de poder foi criar vínculos com jovens figuras políticas que demonstravam potencial para crescer e assumir com competência cargos dentro da administração governamental, com seu apoio esses expoentes quase sempre assumiam cargos importantes e retribuía com sua lealdade e obediência.

Parte desses laços foi construída através do matrimônio, prática muito conhecida de sua família, já que sa mesma utilizava os casamentos arranjados como forma de manter as riquezas. Era muito comum o casamento entre primos, como no caso do próprio Quinzinho que se casou com sua prima de primeiro grau, assim como todos seus irmãos.

Aos moldes de outras famílias de leite do século XIX, os Junqueira desenvolveram uma intrincada rede de parentesco que visara não só a manutenção das propriedades, mas um constante fluxo de reciprocidade ancorado na parentela. Casaram-se preferencialmente com primas, mas há registros de uniões com tios, sobrinhos e cunhados. Noivos e noivas eram buscados em Minas, formalizando uniões já anteriormente acertadas pelos pais. Os laços de consangüinidade e de compadrio mantinham e reproduziam o poder social e político da família Junqueira e o estreitamento desses laços familiares, impede a divisão de bens e desmembramento de propriedades, facilitando a contigüidade de terras e tornando imensos os domínios (GODOY, 2000, p. 43).

Joaquim da Cunha foi inovador realizando uniões de suas filhas não com parentes, mas com políticos com potencial, que seriam seus agentes dentro da máquina política. Sua lealdade era garantida pelos vínculos de parentela estabelecidos, assim como o controle que o coronel possuía sobre toda a família.

Os casamentos de seus filhos foram devidamente arranjados para que fossem os mais vantajosos possíveis. Seu filho Osório da Cunha Diniz Junqueira se casou com Amélia Prado Uchoa Junqueira, selando a união entre as duas famílias mais tradicionais na cultura de café na região, os Prado e os Junqueira, dessa união nasceria Flávio Uchoa, importante personagem político da região.

Sua filha Ana Junqueira Lobato se casou com seu protegido político e futuro braço direito Jorge Lobato. Esse ocupou diversos cargos dentro da política de Ribeirão Preto e foi responsável por ajudar na organização de seus negócios. A filha mais nova, Maria Gabriela Junqueira Arantes foi casada com um dos mais promissores amigos, Altino Arantes, que além dos cargos dentro do município, foi deputado federal, secretário do interior e presidente do Estado de São Paulo, peça fundamental nas políticas de valorização do café e leal correligionário, sabe-se que o apoio de Quinzinho foi valioso para a obtenção de seus cargos e que em retribuição Altino Arantes foi fiel aos pedidos do sogro, nomeando amigos e levando o apoio as medidas de interesse da ala ribeirão-pretana do PRP dentro de todo estado.

Em carta de Washington Luís ao Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (datada de 07.04.1927), encontramos o seguinte texto:

“Prezado Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Accuso recebida a sua carta de 20 do mês próximo passado. Em resposta, communico-lhe que tomei na devida atenção a recomendação que me faz do Dr. Oswaldo Ferreira de Mendonça, para um cargo político federal. Com os meus cordiais cumprimentos subscrevo-me, Washington Luís”¹⁵

15 - LUÍS, Washington. Id. Caixa 174. Carta. Carta de Washington Luís a Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, 07.04.1927. Fonte: APHRP.

Nessa correspondência, enviada pelo presidente Washington Luis, foi utilizado o papel timbrado do gabinete da presidência da República. Assim, podemos notar o relacionamento entre Cel. Quinzinho e a esfera de poder federal e as frequentes relações entre o público e o privado. Em outras cartas podemos notar a importância de seu status político dentro dos quadros do PRP do distrito de Ribeirão Preto:

Ribeirão Preto, 23 de Novembro de 1925,

Caro amigo Quinzinho, Affectuosas saudações.

Lembrei-me hoje que no dia 29, em que terão lugar as eleições municipaes, também haverá eleição em todo o estado para uma vaga de Senador Estadual, havendo um candidato recomendado pela Comissão Directora. O Meira não está aqui, tendo seguido hontem para S. Paulo onde também se acha o Lobato. Penso e como eu também pensam o José da Silva e o Guião que não é conveniente deixar de se votar na eleição de Senador, uma vez que não há de facto um rompimento formal entre nós e o governo...

Temos procurado intervir na política do Districto, para amparar amigos ameaçados e solicitados embora particularmente, nomeações para o Ribeirão Preto como no caso da Promotoria e Delegacia locais. Pretendemos pedir por intermédio do Chico por ocasião da votação do Orçamento, varias subvenções para a nossa cidade...

Fazendo votos para continue a melhorar do seu incommodo subscrevo-me,

Amº sempre grato, Fábio Barreto.¹⁶

Notemos uma rede bem desenvolvida entre os citados no escrito de Fábio Barreto. Quinzinho da Cunha deveria ser consultado e/ou informado sobre os passos dados pelos seus companheiros de articulação política, que eram como consta na carta, Meira (Meira Jr), Chico (Francisco Junqueira), Lobato, José da Silva,

16 - BARRETO, F. Carta. Carta de Fabio Barreto a Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, 23/11/1925. Fonte APHRP.

Guião, entre outros. Sua influência se mostra espalhada por toda a região, sendo reconhecida em outras cidades onde as decisões políticas passavam por seu crivo.

Nem sempre as relações com as forças políticas de outras cidades eram tranqüilas. Podemos confirmar as disputas pelo poder e os acordos políticos que se faziam entre os mandatários em uma carta que conta a situação de Sertãozinho em novembro de 1925:

[...] Nesta não cheguei a acordo. Os amigos do Guilherme pensavam que eu estava disposto a derrubar o João de Faria para fazê-los subir. Pois queriam que a Câmara ficasse composta de 4 por 4 vereadores, e igualmente pela metade ficasse constituído o diretório, que as autoridades policiais fossem todas demitidas, idem quanto aos funcionários municipais, etc. De modo que o eles queriam não era um conagraçamento, mas uma subida nas suas costas. Varri a pulha e comuniquei tudo a João de Faria. Quando ai for, si for, lhe contarei tudo a miude. Si formos daremos de véspera um telegrama para V. nos arranjar cômodos no Hotel.

Adeus.

Sempre amigo.

Assina. J.A.Meira Junior.¹⁷

Assim percebemos como a influência de Quinzinho se fazia valer através de seus subordinados, como no caso Altino Arantes, o poder era constantemente disputado por vários grupos e para se manter no topo era necessário em alguns momentos atacar e em outros negociar com os diferentes grupos.

Rodrigo Paziani, em sua tese, afirma que Quinzinho era mais que um mero coronel, ele seria um “supercoronel”, já que ele estava acima do poder dos demais coronéis da região, uma vez que suas ligações com o governo estadual e federal lhe davam

17 - MEIRA JÚNIOR. Carta. Carta de Meira Junior a um amigo. Sertãozinho/SP, 11/11/1935. Correspondência que relata as disputas de poder. Fonte APHRP.

uma maior autoridade e dizer sobre assuntos políticos, dentro e fora de seu distrito (PAZIANI, 2001).

O coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira urde uma teia de poder, que se pode definir como, um tipo de cultura política que une um grupo de indivíduos, que se reportam uns aos outros, de maneira a tecer ações políticas voltadas ao benefício do grupo. A teia ocupa diferentes espaços, ligando diversos níveis de atuação política e diferentes instituições.

Seu objetivo maior é a manutenção desse grupo no poder. Os indivíduos com maior potencial eram destinados a escalar a hierarquia da teia, sendo indicados para os cargos de maior prestígio, e por sua vez retribuía com nomeações de outros integrantes da teia a cargos controlados por eles, assim como prestando auxílio aos demais integrantes.

Em princípio a teia se fez com indivíduos que compartilhavam de laços familiares, sendo a ideia de família ou clã seu principal atributo. Logo Quinzinho adapta ancestral organização familiar aos tempos modernos e começa a recrutar indivíduos de fora da família para ocuparem posições importantes nessa hierarquia.

TABELA 3

<p>Quadro comparativo de profissões de vereadores em Ribeirão Preto</p> <p>PROFISSÕES DOS VEREADORES DE 1899-1902 3 Coronéis - 1 Major - 2 Fazendeiros - 1 Comerciante</p>
<p>PROFISSÕES DOS VEREADORES DE 1914-1917 5 Coronéis - 1 Major 2 Fazendeiros - 1 Médico - 1 Advogado</p>
<p>PROFISSÕES DOS VEREADORES DE 1919-1932 1 Coronel - 3 Advogados 2 Médicos - 2 professores - 1 Comerciantes</p>

Podemos notar que existiu uma transformação no perfil dos políticos de Ribeirão Preto durante a Primeira República. No

princípio a câmara era ocupada, quase que exclusivamente, por fazendeiros, de preferência coronéis. Aos poucos esse perfil muda e a figura dos bacharéis se torna cada vez mais proeminente. São os tempos modernos, que valorizam a formação acadêmica e trazem a cultura dos doutores para dentro das relações políticas do interior do estado.

Grande parte do poder político do coronel Quinzinho emana de sua família, os fortes laços de solidariedade entre seus membros, que foram reforçados por gerações de casamentos incestuosos, parcerias nos negócios, posse de fazendas contíguas e a tradição de obediência a um líder da parentela.

Mesmo estando longe de ser uma pessoa de posses humildes, Quinzinho também estava distante de ser o homem mais rico na região. Ele disputou espaço na chefia da cidade com homens mais ricos que ele, como o conhecido “Rei do café” Francisco Schmidt, que foi por uma época o homem que mais possuiu pés de café no mundo e um dos maiores exportadores do país, no entanto vemos que sua força não estava ligada apenas ao dinheiro que possuía.

TABELA 4

Dez maiores negociantes por somatório de compras e vendas em Ribeirão Preto entre 1889-1930 (em valores reais)

NEGOCIANTE	SALDO
Francisco Schmidt	3.233.674\$975
Arthur de Aguiar Diederichsen	1.222.612\$357
Iria Alves	734.054\$000
João Franco de Moraes Octávio	617.182\$987
Dominiciano Leite de Assis	526.334\$466
Antônio Silvério de Alvarenga	483.029\$577
Antônio Barboza Ferraz Júnior	477.066\$248
Joaquim Ignácio da Costa	416.663\$826
Francisca Silveira do Val	377.611\$184
Fernando Ferreira Leite	366.148\$346

Fonte - OLIVEIRA, J. H. C. Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza das transações imobiliárias. Tese de Doutorado em História. Unesp - Fraca, 2006, p.201.

A tabela permite analisar que apesar de não constar entre os dez maiores negociantes de café de Ribeirão Preto, Quinzinho tinha acesso aos recursos financeiros dos membros de sua parentela, por exemplo, Iria Alves, conhecida como a “rainha do café”, viúva de seu irmão.

A tradição dos Junqueira era uma arma poderosa para o coronel e lhe permitia várias manobras. Essa lealdade familiar permite que Quinzinho usufrua, em suas estratégias políticas, dos recursos financeiros de toda família quando sozinho não possuiria meios para uma manobra. Esse tipo de atitude fica evidente nos episódios de compra do jornal A Cidade, onde mais de um membro da parentela compraram ações da sociedade anônima, para que a família se beneficiasse do capital político de ter um periódico próprio, no entanto Quinzinho é quem articulou toda a operação, sendo o maior acionista individual e responsável por indicar os presidentes da sociedade.

Vimos como o poder da parentela, já organizada há gerações antes do nascimento de Quinzinho é a base de sua teia de poder, é incontável o número de parentes que foram beneficiados com cargos públicos e que retribuíram com lealdade a seus comandos. No entanto, esse primeiro núcleo, que partiu da parentela, se espalhou por vários outros membros, desde correligionários locais, que formavam os quadros do PRP local, até o gabinete da República.

A teia de poder ligava Quinzinho a vários outros grandes fazendeiros, de café, principalmente. Depois de ter sido derrotado nas urnas, em sua única candidatura a vereador, foi essa teia de relações que o fez ser indicado a chefe político pelo recém fundado clube da Agricultura.

Uma das características mais interessantes de Quinzinho é a maneira como ele conseguiu ser um guardião da tradição, evocando a ancestralidade de sua família, a figura do grande senhor de terras e coronel da guarda nacional e ao mesmo tempo sabia como desfrutar das oportunidades que a modernidade lhes trouxe. Sua família foi uma das primeiras no cultivo do grão do

café, assim como ele foi um dos primeiros a estabelecer agências comissionárias de café no porto de Santos para conseguir negociar as produções de suas fazendas e comprar, no exterior, as máquinas de beneficiamento de café. Com isso ele agregava valor ao produto.

Joaquim da Cunha Diniz Junqueira prova ser diferente de seus pares, pintados por nossa historiografia como senhores locais, homens xucros e retrógrados. Do mesmo modo que a elite cafeeira, rica e próspera, é distinta de suas irmãs nacionais. Ele, assim como essa elite, adorava os símbolos do progresso e da civilização, refletindo seus gostos na cidade e em suas propriedades:

A fazenda “Boa Vista” é um importante estabelecimento agrícola, situada em plena zona produtora de café, reunindo as vantagens de uma fazenda de primeira ordem pela, sua perfeita e moderna organização.

“Boa Vista” acha-se situada numa ampla e magnífica esplanada, abrangendo, em sua totalidade nada menos que três mil alqueires de terras, cobertas de soberbas matarias e possuindo uma plantação cafeeira de oitocentas mil arvores todas formadas e muito bem tratadas, produzindo uma medida de cem mil arrobas anuais.

A casa de residência é um elegante e esplendido sobrado, possuindo confortáveis e higiênicas acomodações, água encanada, luz elétrica e rodeada de um encantador jardim (JORNAL A CIDADE, 1913).

Os recursos da modernidade eram considerados símbolos de um status elevado e confortos que poucos desfrutavam na cidade poderiam ser vistos na fazenda de Quinzinho, além de água encanada e luz elétrica, sabemos que possuía uma linha de telégrafo, que usava para acompanhar os preços do café e de seus investimentos na bolsa, e foi um dos primeiros lugares a possuir um telefone na cidade de Ribeirão Preto.

Todos os seus filhos estudaram com tutores particulares e os

homens cursaram faculdade. As viagens à Europa faziam parte da rotina dos Junqueiras e, diferente do que se esperava de fazendeiros do interior paulista, eram considerados cultos e de modos refinados.

Sua figura influenciou muito a cidade, conforme a cidade cresceu e se modernizou a imagem dos grandes coronéis donos do poder dentro da região foi sendo cristalizada no imaginário das pessoas, a figura de Quinzinho quase sempre é evocada quando se lembram os tempos

Os rastros deixados por ele são muitos/ Os relatos dos memorialistas da cidade contam causos sobre como o coronel era capaz de mandar e desmandar no governo, como foi capaz de colocar Ribeirão Preto na liderança do país (CIONE, 1990). Sua figura serviu para inspiração de romances (CHIAVENATO, 2004), o seu nome, volta e meia é lembrado nas páginas do jornal “A Cidade”, se transformando no jargão popular em sinônimo de “cacique político”.

A cidade lhe prestou homenagem com a criação de uma herma na década de 1930. Escolheram a praça mais famosa e movimentada da cidade, a praça XV de Novembro. Seu nome se tornou nome de escola em Altinópolis e nome de praça em Orlandia.

Simbolizando o poder tradicional e controlador na cidade, seu busto, na praça XV de Novembro, foi vestido com uma gravata em 1977, época da ditadura militar e mais tarde, em 2008 foi roubada. Quando da publicação deste livro, em 2012, restava apenas seu pedestal, vazio, anônimo e depredado.

Apesar ter sido incorporado ao imaginário popular e ser reconhecidamente uma das figuras mais importantes da região, até mesmo o “supercoronel” sofreu com a batalha contra o tempo. Poucos, das centenas de pessoas que passam pela famosa praça XV de Novembro, têm ideia que um dia naquele espaço vazio já houve o busto do homem que chefiava a cidade do quintal de sua fazenda.

Considerações finais

Ao longo das páginas deste trabalho realizamos uma tentativa de compreender como o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira influenciou a política brasileira durante a Primeira República. Buscamos compreender como ele se tornou chefe político dentro da região de Ribeirão Preto, quais os principais eventos que marcaram essa trajetória, como a região se desenvolveu durante esse período e quais os principais indícios de seu poder.

Ainda existem diversos pontos de sua trajetória que permanecem obscuros, detivemos nosso foco prioritariamente sobre sua atuação na política enfatizando como sua figura foi capaz de desenvolver estratégias intrincadas para promover a permanência no poder durante anos a fio.

A política brasileira nos anos entre 1889 até 1932 foi marcada pela predominância de uma elite formada de maneira heterogênea, mas vinculada de maneira geral a um grupo de fazendeiros, principalmente paulistas, que desenvolveram formas de obter controle sobre os aparatos de governo, se valendo do poder pessoal para garantir o poder político dentro de uma região.

Esses indivíduos se organizavam de uma maneira hierarquizada, formando laços de lealdade e troca de favores, em que as relações entre o público e o privado não era divisível. O ápice desse sistema foi sintetizado na figura do coronel. Figura que se construiu em meio à modernidade, mas com seu poder enraizado na tradição. Homem ambivalente por natureza, agressor e defensor de seu povo, figura de poder público sem ser oficial.

Quinzinho da Cunha foi um desses homens. Considerado como um típico coronel do interior, no entanto, ele provou que há ainda muito a ser pensado sobre o verdadeiro papel dos coronéis. Mesmo sendo arauto do progresso e da civilização engendrados pela lavoura de café, ele reproduziu estruturas de dominação, características do período colonial, como o clientelismo e o mandonismo. Sua flexibilidade permitia exercer tanto o

papel de guardião da tradição quanto o de patrocinador da modernização da região.

Seus estratagemas políticos o colocavam no centro de uma intrincada teia de poder, em que se envolviam desde os colonos mais simples até os ministros e presidentes da República.

Entremeando-se na esfera pública por meio de seu poder econômico, prestígio e influência política, Quinzinho interferiu, nas decisões nacionais, estaduais e municipais.

Acreditamos que ao concluir esse trabalho lançamos um novo olhar sobre os eventos políticos da Primeira República brasileira, contribuindo para a possibilidade de se repensar alguns fatos levando em conta novos elementos, como o real papel das lideranças do interior do estado de São Paulo dentro dos quadros gerais das decisões políticas do país.

Assim, o papel da cidade de Ribeirão Preto dentro desse contexto, de uma economia impulsionada pelo café, deixou de ser apenas de coadjuvante, submetida às cidades maiores e a uma capital, para demonstrar certo ar de protagonismo em algumas decisões de Estado e até mesmo dentro da federação.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. Resgate, 2 (2). 1991, pp. 48-55.

AMORIM, Galeno (Org.). Os Desbravadores. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

BALANDIER, Geoges. O contorno: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

_____. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BARROS, Ricardo. História da história da fundação de Ribeirão Preto. Editora Legis Summa: Ribeirão Preto, 2005.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François (orgs.) Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Pp. 349-363.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.

BRIOSCHI, L. R. et alii. Entrantes no Sertão do Rio Pardo. São Paulo: CERU, 1991.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2004. Ribeirão Preto: Editora COC, 2001.

CAMARGO, J. Aspectos Históricos da Câmara Municipal. Ribeirão Preto, 1974.

CANO, Wilson. Raízes da concentração Industrial em São Paulo. 2ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.

CHIAVENATO, J.J. Coronéis e carcamanos. Ribeirão Preto, SP:

Funpec Editora, 2004.

CARONE, Edgard. A República Velha: instituições e classes sociais. 2ª ed. São Paulo: Ed. Corpo e alma do Brasil, 1972.

CARVALHO, José Murilo. Pontos e Bordados: escritos de memória e política. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2005.

CASALECCHI, José Ênio. O Partido Republicano Paulista (1889-1920). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____. A Proclamação da República. 4. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

CERTEAU, M. de. A Operação Histórica. In: LE GOFF, J. & NORA, P. História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CIONE, R. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Imag, v. 3, 1990.

_____. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Imag, v. 5, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia a República: momentos decisivos. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, J. E. da. Álbum comemorativo do 1o Centenário da Fundação da Cidade de Ribeirão Preto. São Paulo: Schmidt, 1956.

COSTA, O. E. História da Fundação de Ribeirão Preto. São Paulo: coleção revista História/USP 1955.

CUELLO Josué Peroni. Poder na Belle Époque Caipira: Quinzinho da Cunha - o Godfather do PRP. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003.

DOIN. José Evaldo de Mello. O Capitalismo Bucaneiro: Dívida Externa, Materialidade e Cultura na saga do Café. 420p. Tese (Livro Docência) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista. Franca, 2001.

DOIN, José Evaldo de Mello; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; CUELLO, Josué Peroni. “A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque caipira: modernidade e urbanização na Primeira República”. In: *Dialogus*. Ribeirão Preto, v.1, n.2, 2006, p.140.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: a formação do Estado e Civilização*. V.2. Trad por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1972

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Editora Globo: Porto Alegre, 1975.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

FÓLIS, Fransérgio. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 45^a. ed. Editora Record: Rio de Janeiro, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação do Econômica do Brasil*. 15^a. Ed. Nacional; São Paulo, 1977.

GAETA, M. A. J. da V. *A flor do café e o caldo da cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira*. Uberaba: Vitória, 1997.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. 1^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, A. *A Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GODOY, J. H. A. Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, USP, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

HOBBSBAMM, Eric. A Era do Capital: 1848-1875. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª. Ed. Revista. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886 - 1934. Tradução Eglê Malheiros. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Coronelismo: uma política de compromissos. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAGES, José Antonio. Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978.

LE GOFF, Jacques. São Luís: Biografia. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 1999.

_____. História e Memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Editora da UNICAMP: Campinas, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.) A Escrita da História. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

LIMA, Henrique Espada. A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, Luciana Suarez . Uma economia em transição: a economia e a

alocação de riqueza na antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870.. *História Econômica & História de Empresas*, v. X, p. 63-104, 2007.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.262p.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARCONDES, R. L. O Café em Ribeirão Preto (1890-1940). In: *História Econômica & História de Empresas*. 2007, pp. 171-192.

MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C.; FARIA, R. C. *História Moderna Através de Textos*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTIOLI, Alexandre Ferreira. *Os desprezíveis: anarquistas em Ribeirão Preto*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - Licenciatura Plena) - Centro Universitário Barão de Mauá.

MATTOS, J. A. J. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004.

MELLO, Rafael Cardoso de . Um “coronel de saias” no interior paulista : a “rainha do café” em Ríbeirão Preto (1896-1920). 2009. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 2009.

MEIRELES, Domingos. 1930 - Os Órfãos da Revolução. São Paulo, Ed. Record, 2005.

MIRANDA, José Pedro de. *Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e Outros Ensaio*s. 4a ed. São Paulo, HUCITEC, 1982.

MOTTA, R. P. S. (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*.

Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1, 230 pp.

MUSIEDLAK, Didier. Biografia e História: Reflexões metodológica. In: Revista Esboços. Florianópolis: UFSC, n. 15, 2006, pp. 103-109.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira. Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias. Tese de Doutorado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a 'Belle Époque' em Ribeirão Preto (1911-1920). Franca, 2001. 360p. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

PEREIRA, Robson Mendonça. O municipalismo de Washington Luis em sua atuação em Batatais (1890-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na Republica Velha. 1998. Dissertação (Mestrado – História), FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

PERINELLI NETO, H. Complexo cafeeiro e visão empresarial: a instalação da Companhia Frigorífica Pastoral em Barretos. In: Ensaios de História. Franca, v.4, n.1/2, 1999, pp.139-167.

PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

_____. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 24^a. reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

PRADO, Paulo. Paulística etc. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RÉMOND, R. Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSA, L. R. O. . Comunistas em Ribeirão Preto: uma experiência com História Oral. Estudos de História, Franca, v. 3, n. 1, p. 79-91, 1996.

SANTOS, P. T. dos. Ribeirão Preto: histórico e para história. Ribeirão Preto, 1948.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: Indivíduo, biografia e história / Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Ed. FGV, vol. 10, nº 19, 1997, 37p.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. Autoridade. São Paulo: Record, 2004.

SILVA, Sergio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa – Omega, 1976, pp. 68-70.

SILVA, A. ; ROSA, L. R. O. ; SILVA, M.C.C. ; REGISTRO, T.C. . Filhos do Café. 1. ed. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010. v. 1. 98 p.

VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. São Paulo: Record Cultural, 1974.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

FONTES

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (AESP)

Fundo: Acervo particular Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

Fundo: Acervo particular Washington Luís (AWL)

Fundo: Acervo particular Altino Arantes (AAA)

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Sá, Mania & Cia, 1913.

Coleção de jornal;

A Cidade. Ribeirão Preto, ano VIII ,1913.

_____. Ano XVI , jan/ mar.1920.

_____.Ano.XXVIII. set/out. 1932.

Fundação Biblioteca Nacional

A Cidade. Ribeirão Preto, ano IX , abri/jun. 1914

_____. ano XV, mai/ago 1919.

